



Divulgação de Resultados 4T23 e 2023

taesa*

Rio de Janeiro, 6 de março de 2023

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do quarto trimestre e ano de 2023.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) se encerram em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da Taesa, para efeitos de cumprimento da legislação e do estatuto social da Taesa, é feita com base no Resultado IFRS auditado pelos auditores e aprovado em Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

Videoconferência de Resultados

Webcast em Português e Inglês: [Clique aqui](#)

7 de março de 2024

quinta-feira

Brasília 9h00

Nova York 7h00

Rinaldo Pecchio Junior

Diretor Presidente Interino, Diretor Financeiro
DRI

Cristiano Prado Grangeiro

Gerente Executivo de RI

Contato RI

investor.relations@taesa.com.br

Telefone

+55 21 2212 6000

ÍNDICE

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
2. RESUMO DO RESULTADO	10
3. VISÃO GERAL	12
3.1. Estrutura Societária	12
3.2. Estrutura Societária TBE	16
3.3. Estrutura Societária AIE	16
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	17
4.1. Desempenho Operacional	17
4.2. Ciclo da RAP 2023-2024	18
4.3. Queda de 50% da RAP	19
4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)	21
4.5. Receita Líquida IFRS	23
4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS	25
4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS	26
4.8. Receita Líquida Regulatória	27
4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios	28
4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório	29
4.11. Composição do EBITDA Regulatório	30
4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS	31
4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória	31
4.14. Resultado Financeiro Líquido	32
4.15. Impostos	33
4.16. Lucro Líquido	36
4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	38
4.18. Endividamento	39
4.19. Investimentos em Empreendimentos de Grande Porte	41
4.20. Projetos em Construção	42
4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)	46
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	48
5.1. Receita IFRS por Concessão	48
5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)	49
5.3. DRE 4T23	50
5.4. DRE 2023	51
5.5. DRE IFRS 4T23 (Subsidiárias)	52
5.6. DRE IFRS 2023 (Subsidiárias)	53
5.7. DRE Regulatório 4T23 (Subsidiárias)	54
5.8. DRE Regulatório 2023 (Subsidiárias)	55
5.9. Reconciliação do EBITDA	56
5.10. Balanço Patrimonial	57
5.11. Fluxo de Caixa IFRS	58
5.12. Fluxo de Caixa Regulatório	59

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2023: UM ANO DE IMPORTANTES CONQUISTAS E MARCAS HISTÓRICAS

O ano de 2023 foi um ano de grandes desafios e realizações para a Taesa, que demonstrou a qualidade, prudência e experiência na sua gestão para entregar projetos complexos durante todo o ano.

A Segurança é um valor inegociável e um pilar essencial que merece atenção e cuidado constante. Em 2023, a Companhia reforçou seu comprometimento com este valor, executando diversas ações. Além da certificação da ISO 45001 de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional, a Taesa ampliou o número de representantes da CIPA+A (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio) proporcionando maior capilaridade e representatividade da Segurança do Trabalho na empresa. Diversas iniciativas de conscientização foram realizadas, entre elas, o Diálogo Semanal de Segurança. A Companhia obteve o compromisso firme dos seus parceiros com segurança, incluindo critérios rígidos de Segurança do Trabalho com cláusulas de bonificações e penalizações contratuais. Como consequência, 2023 foi o melhor ano da Segurança para a Companhia, que reportou zero acidentes com lesão grave.

A Taesa segue dedicada à execução e entrega dos seus novos empreendimentos em construção Ananaí, Pitiguari, Saíra e Tangará, além dos novos reforços da Novatrans, TSN, São Pedro e ATE, que juntos adicionarão quase R\$ 420 milhões de RAP quando entrarem em operação. Tangará e Pitiguari obtiveram licenças ambientais, permitindo inclusive o começo antecipado das obras nestes empreendimentos, o que não assegura, entretanto, a antecipação de conclusão em função da complexidade de cada projeto. Finalizamos um ciclo de investimentos em 2022 e em 2023 iniciamos um novo ciclo, com um volume de cerca de R\$ 3 bilhões a serem investidos nos próximos 2 anos para estes projetos. Vale destacar o volume de investimentos realizados de mais de R\$ 2 bilhões no ano que passou – um ano histórico em termos de Capex.

Celebramos também o início da operação do lote 5 arrematado no Leilão de Transmissão ANEEL 02/2022 (Saíra) em apenas 3 meses após a realização do certame. A Taesa assumiu a operação de Saíra já na assinatura do contrato de concessão, em 30 de março de 2023, mesmo o edital prevendo 12 meses de operação pelo antigo concessionário, após esta assinatura. A integração antecipada possibilitou menos desembolsos da ordem de R\$ 50 milhões. Houve um esforço coordenado envolvendo todas as áreas da empresa, assegurando o recebimento total de 72% da RAP do empreendimento (cerca de R\$ 126 milhões) – RAP remanescente está sujeita a conclusão da obra de revitalização.

Outra importante entrega foi o processo de certificação das normas ISO 9001 (Gestão da Qualidade), 14001 (Gestão Ambiental), 45001 (Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional) e 55001 (Gestão de Ativos), de forma concomitante, por meio do Sistema de Gestão Integrado Taesa (“SGIT”), conferidas à Taesa pela ABS-QE, certificadora com acreditação internacional, e pelo ANAB, mutuamente reconhecido pelo CGCRE/INMETRO. A certificação ISO é um reconhecimento internacional, atestado por organismo externo, acreditado e independente, no qual os processos da Companhia estão alinhados com os requisitos prescritos nas normas. O objetivo é avançar cada vez mais na melhoria contínua dos processos, buscar a excelência nas atividades, respeitando as pessoas, o meio ambiente e agregando valor às partes interessadas. O SGIT trabalha na padronização e melhoria contínua dos

processos da empresa visando a produtividade, eficiência e competitividade, além da redução e mitigação de riscos e manutenção das respectivas certificações.

Do ponto de vista operacional, a Companhia manteve seu patamar de excelência operacional apresentando em 2023 um índice de disponibilidade das linhas de transmissão em 99,9% e Parcela Variável de R\$ 3,6 MM, o equivalente a 0,1% da RAP consolidada, destacando sua consistência na excelência operacional e gestão de seus ativos de transmissão. O desempenho excepcional da PV em 2023 foi afetado por reversões de eventos externos e alheios ao controle da Companhia ocorridos em anos anteriores. É importante mencionar que, dada a extensão e complexidade da nossa rede, não é possível assegurar que esse desempenho se repita em anos futuros.

Em agosto de 2023, a Taesa inaugurou o seu novo Centro de Operação do Sistema ("COS"), investindo em modernização, segurança e qualidade operacional e visando o crescimento sustentável do negócio. O COS está preparado para aumentar a capacidade de atuação e sustentar o crescimento da Taesa no setor de transmissão além de proporcionar maior confiabilidade e segurança operacional para o desenvolvimento do setor energético no país. O COS possui tecnologia e infraestrutura de última geração, com capacidade de comandar e monitorar, em tempo real, todos os ativos da Taesa e é uma edificação com autossuficiência energética, equipada com sistemas que garantem redução no consumo anual de água e energia, dentro das melhores práticas de ESG.

A alta administração apresentou uma revisão do planejamento estratégico de longo prazo da Taesa, mantendo o objetivo estratégico de manutenção da sua relevância no setor de transmissão e do seu posicionamento de consolidador neste segmento, tendo como premissa básica a geração de valor com retornos atrativos aos acionistas.

Como parte do nosso contínuo foco em eficiência financeira, concluímos duas emissões de debêntures este ano: (i) a 13ª emissão de debêntures no montante de R\$ 1 bilhão a CDI em momento de mercado extremamente desafiador (início de 2023); e (ii) a 14ª emissão de debêntures no montante de R\$ 800 milhões para o público em geral em 3 séries de 10, 12 e 15 anos, com prêmios sobre o IPCA muito eficientes, em condições favoráveis comparadas a outras emissões no mercado até aquele momento. Esta última emissão se enquadrou na lei 12.431 de debêntures de infraestrutura e contou com a certificação de selo verde, um diferencial cada vez mais importante para captações.

A Taesa encerrou o ano com uma posição de caixa de R\$ 1,6 bilhão e dívida líquida de R\$ 10,6 bilhões – considerando a participação da Companhia nas empresas controladas em conjunto e coligadas –, registrando um índice de 3,7x na relação dívida líquida sobre EBITDA, em linha com o nível reportado no trimestre anterior e doze meses atrás. Esse nível é compatível a uma empresa de transmissão em crescimento e a estabilidade da alavancagem demonstra a robustez da nossa geração de caixa, em um ano de investimentos elevados e manutenção no payout de dividendos.

A agenda de Sustentabilidade continuou avançando em 2023 e o nosso relatório de sustentabilidade irá refletir a evolução das diversas frentes de atuação na Companhia. Na frente de Gente, aderimos ao Movimento Raça é Prioridade, uma iniciativa do Pacto Global da ONU, em parceria com o CEERT e ONU Mulheres, e busca promover a equidade étnico-racial nas empresas brasileiras. Com a adesão, passamos a ter como meta 30% de pessoas negras em cargos de liderança até 2025 e 50% até 2030. Além disso, a Taesa foi certificada pelo selo Great Place to Work em seu 5º ano consecutivo, estando entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Rio de Janeiro, e em 1º lugar no Destaque GPTW Energia pelo 3º ano consecutivo dentre 69 empresas do setor de energia. Mais uma importante conquista que celebramos!

E o resultado de todas essas conquistas e realizações fica evidente nas demonstrações financeiras em mais um ano de crescimento sustentável nas receitas, margens operacionais e lucros regulatórios da Taesa.

A receita operacional líquida e o EBITDA regulatórios alcançaram a marca histórica de R\$ 3,3 bilhões e R\$ 2,8 bilhões, respectivamente, na visão de consolidação proporcional, um aumento do 15,1% e 14,4%, contra os valores registrados em 2022. E margem EBITDA ficou em 85,3% no ano. Este sólido desempenho é consequência do sucesso na execução do planejamento estratégico da Companhia baseado nos pilares de crescimento sustentável, competitividade, gestão regulatória, sustentabilidade e governança. Com isso o lucro líquido regulatório atingiu a marca de R\$ 1,1 bilhão em 2023, registrando crescimento pelo quarto ano consecutivo mesmo diante da redução de 50% da RAP de algumas concessões e de um IGP-M de -4,5% que afetou negativamente todas as RAPs no ciclo 2023-2024 dos nossos contratos de concessão de categoria 2, equivalente a cerca de 65% da RAP operacional da Companhia.

No resultado em IFRS, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 1,4 bilhão em 2023, uma redução de 5,6% na comparação com o ano anterior, explicada basicamente pelos menores índices de inflação registrados entre os períodos comparados, principalmente o IGP-M, que afetou de forma significativa a receita de correção monetária, e pelo aumento da despesa financeira líquida. Estes efeitos foram compensados em parte pelos novos projetos e pela menor Parcela Variável registrada no ano.

Mesmo mantendo uma geração operacional de caixa bastante robusta, a Companhia tem intensificado suas ações de eficiência e controle de custos a fim de minimizar o impacto do IGP-M neste ciclo da RAP (2023-2024). Em dezembro de 2023, por exemplo, visando a simplificação de estrutura societária e otimização de custos, incorporamos na Taesa 3 concessões – Sant’Ana, Saíra e ATE III. Essas incorporações potencializarão sinergias, permitindo redução de despesas operacionais e administrativas, otimizando a operação e trazendo benefícios para o desempenho de suas obrigações no âmbito dos contratos de concessão.

Por fim, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de destinação do lucro do exercício de 2023, que será então submetida para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, da seguinte forma: (i) -R\$ 1,4 milhão para reserva de incentivos fiscais; (ii) R\$ 232,9 milhões para reserva de lucros a realizar; (iii) R\$ 746,0 milhões em proventos pagos ao longo de 2023 e início de 2024, sendo R\$ 329,3 milhões em dividendos intercalares e R\$ 416,7 milhões em Juros sobre Capital Próprio (JCP); e (iv) R\$ 390,3 milhões em dividendos adicionais a serem pagos no dia 16 de maio de 2024. Sendo aprovado em Assembleia, o total de proventos distribuídos sobre o exercício social de 2023 será de R\$ 1,1 bilhão, equivalente a R\$ 3,30 / Unit e payout de 83% do lucro líquido IFRS e 104% do lucro líquido regulatório do exercício social do ano que passou.

Como parte da estratégia de comunicação com o mercado e relações com investidores, a Taesa realizou, ao fim do ano, o Investor Day no formato híbrido e com público presencial em São Paulo. O evento reuniu investidores e analistas para discutir temas relevantes do setor elétrico, como a transição energética e os seus desafios para o setor, além dos diferenciais estratégicos da Companhia nesse ambiente, promovendo importantes discussões e debates com a Companhia. O evento contou com a presença de todos os diretores em contato direto com o mercado. Foi mais uma importante realização da Taesa para fechar um ano de muitas entregas.

Continuamos trabalhando com empenho e dedicação, alinhados a nossa missão de conectar o Brasil com energia segura e confiável, e reforçamos nosso foco nos pilares estratégicos de crescimento

sustentável, geração de valor, disciplina financeira e eficiência operacional, ratificando seu compromisso com a sociedade e respeitando o meio ambiente e todos os stakeholders.



MISSÃO

Conectamos o Brasil com energia segura e confiável.



VISÃO

Ser a transmissora de energia elétrica de maior Valor para a sociedade.



VALORES

Cuidamos genuinamente das **pessoas**.

Agimos com **integridade** construindo relações de **confiança**.

Buscamos a **excelência** em tudo o que fazemos.

A TAESA **somos nós!**

2. RESUMO DO RESULTADO

Consolidado						
R\$ MM	4T23	4T22	Var.%	2023	2022	Var.%
Receita Líquida Reg.	592,0	558,1	6,1%	2.429,7	2.228,2	9,0%
EBITDA Reg.	484,2	464,7	4,2%	2.042,7	1.882,1	8,5%
Margem EBITDA Reg.	81,8%	83,3%	-1,5 pp	84,1%	84,5%	-0,4 pp
Lucro Líquido Reg.	301,1	386,7	-22,2%	1.093,1	1.048,3	4,3%
Receita Líquida IFRS	1.304,1	509,4	156,0%	3.362,1	2.616,5	28,5%
Lucro Líquido IFRS	481,7	22,8	2011,2%	1.367,8	1.449,2	-5,6%
Dívida Líquida	8.517,9	7.101,5	19,9%	8.517,9	7.101,5	19,9%
Dividendos e JCP Pagos	204,6	365,4	-44,0%	1.004,0	1.672,4	-40,0%

Consolidado e Participações						
R\$ MM	4T23	4T22	Var.%	2023	2022	Var.%
Receita Líquida Reg.	819,1	762,3	7,4%	3.337,1	2.899,4	15,1%
EBITDA Reg.	665,2	647,0	2,8%	2.846,6	2.487,3	14,4%
Margem EBITDA Reg.	81,2%	84,9%	-3,7 pp	85,3%	85,8%	-0,5 pp
Lucro Líquido Reg.	301,1	386,7	-22,2%	1.093,1	1.048,3	4,3%
Receita Líquida IFRS	1.524,0	593,8	156,7%	4.275,8	3.898,8	9,7%
Lucro Líquido IFRS	481,7	22,8	2011,2%	1.367,8	1.449,2	-5,6%
Dívida Líquida	10.605,0	9.084,4	16,7%	10.605,0	9.084,4	16,7%
Dívida Líquida/EBITDA	3,7	3,7	0,0 pp	3,7	3,7	0,0 pp

RESULTADO REGULATÓRIO

- A Companhia registrou um crescimento anual de 4,3% no lucro líquido, registrando R\$ 1,1 bilhão em 2023. A receita líquida aumentou 9,0% e o EBITDA subiu 8,5% no mesmo período, chegando a R\$ 2,4 bilhões e R\$ 2,0 bilhões, respectivamente. A margem EBITDA ficou 84,1% (-0,4 pp contra 2022).
- A receita líquida totalizou R\$ 592,0 MM no 4T23, registrando um crescimento anual de 6,1%, explicado principalmente pelo início da operação de Saíra (1ª fase), entrada em operação de novas fases de Sant'Ana (~95% da RAP total habilitada), pelo reajuste inflacionário em IPCA do ciclo da RAP 2023-2024, e por uma menor Parcela Variável. Estes efeitos foram compensados em parte pelo reajuste negativo do IGP-M das concessões de categoria 2 e pela queda de 50% da RAP da ATE III, a última concessão de categoria 2 sujeita a esta redução.
- O EBITDA totalizou R\$ 484,2 MM no 4T23, apresentando um aumento anual de 4,2%. A margem EBITDA ficou em 81,8% no trimestre (-1,5pp contra 4T22), afetada principalmente pelo reajuste negativo do IGP-M para o ciclo da RAP 2023-2024 nos contratos de categoria 2 e pela redução de 50% da RAP da concessão ATE III.
- Crescimento anual de 17,9% na equivalência patrimonial no 4T23, explicado pela entrada em operação de Ivaí (~99,5% da RAP total habilitada) e pelo reajuste inflacionário do IPCA no ciclo da RAP 2023-2024 para as concessões de categoria 3, compensados em parte pela deflação do IGP-M. Em 2023, o crescimento de 74,9% na equivalência patrimonial se deve aos mesmos motivos mencionados acima, além da redução das despesas financeiras em Ivaí em função da desaceleração do IPCA e aproveitamento do benefício fiscal SUDENE em Aimorés e Paraguaçu a partir de 2023.

- Aumento de 20,5% nas despesas financeiras líquidas entre o 4T23 e o 4T22, resultado basicamente do aumento do volume médio da dívida, compensado em parte pelo menor IPCA e CDI observados entre os períodos comparados.
- Lucro líquido registrou uma queda de 22,2% na comparação entre o 4T23 e 4T22, totalizando R\$ 301,1 MM neste trimestre.
- Em 31 de dezembro de 2023, a dívida bruta da Companhia totalizou R\$ 9,8 bilhões, um aumento de 3,1% contra o trimestre imediatamente anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1,3 bilhão (redução de 1,3% versus 3T23), resultando em uma dívida líquida de R\$ 8,5 bilhões (aumento de 3,8% no trimestre).
- A relação da dívida líquida / EBITDA da Taesa, consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, se manteve em 3,7x (em linha com o 3T23 e com o 4T22).
- No aspecto operacional, o índice de disponibilidade foi de 99,9% e a Parcela Variável (PV) contábil ficou em R\$ 3,6 MM (0,13% da RAP consolidada), em 2023.

RESULTADO IFRS

- Lucro líquido somou R\$ 481,7 MM no 4T23 e 1,4 bilhão em 2023, registrando variação de +R\$ 458,9 MM e -R\$ 81,4 MM, respectivamente, quando comparado aos mesmos períodos de 2022.
- O desempenho do resultado IFRS na comparação entre 4T23 e 4T22 é explicado por:
 - (i) Maiores índices macroeconômicos registrados entre os períodos comparados, mais especificamente o IGP-M que registrou inflação acumulada no trimestre (IGP-M: +1,47% 4T23 versus deflação de -2,46% 4T22), com reflexo direto na receita de correção monetária do ativo contratual das concessões de categoria 2 da Companhia, com impacto naturalmente nas empresas controladas em conjunto e coligadas.
 - (ii) Aumento anual na margem de implementação de infraestrutura em função dos maiores investimentos principalmente em Ananai, Tangará e nos reforços relevantes na Novatrans e TSN.
 - (iii) Aumento nas receitas de remuneração do ativo contratual, de correção monetária e de O&M para os novos projetos que entraram em operação entre 2022 e 2023 (Saíra, Sant'Ana, Ivaí, Aimorés e Paraguaçu).
 - (iv) Melhora de R\$ 25,7 MM na Parcela Variável, entre 4T23 e 4T22, em função de provisão de PV no 4T22 (e revertida no 1T23) referente a queda de torres na Novatrans, em dezembro de 2022, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao SIN.
 - (i) Estes efeitos foram compensados pelo aumento de 20,4% na despesa financeira líquida decorrente basicamente do aumento do volume médio da dívida, compensado em parte pelo menor IPCA e CDI observados entre os períodos comparados.
- Na data de hoje, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de destinação do lucro do exercício de 2023, que será submetida para aprovação da Assembleia de Acionistas, da seguinte forma: (i) -R\$ 1,4 MM para reserva de incentivos fiscais; (ii) R\$ 232,9 MM para reserva de lucros a realizar referente à adoção do CPC 47; (iii) R\$ 746,0 MM em proventos pagos ao longo de 2023 e início de 2024, sendo R\$ 329,3 MM em dividendos intercalares e R\$ 416,7 MM (R\$ 1,21 / Unit) em Juros sobre Capital Próprio (JCP); e (iv) R\$ 390,3 MM em dividendos adicionais a serem pagos em maio de 2024.

3. VISÃO GERAL

3.1. Estrutura Societária

As 43 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 13 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE, ATE II, ATE III, Sant'Ana e Saíra), (ii) 11 investidas integrais (Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, e Tangará); e (iii) 19 participações (ETAU, AIE e TBE). Em 29 de dezembro de 2023, foi celebrado a incorporação das controladas ATE III, Sant'Ana e Saíra.

Atualmente, a Companhia possui 4 empreendimentos de grande porte em construção (Ananaí, Pitiguari, Tangará e Saíra) e 4 reforços de maior porte (Novatrans, TSN, São Pedro e ATE).

Histórico de entregas recentes de empreendimentos:

Em fevereiro de 2024, o empreendimento da concessão de Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Pitiguari") obteve a Licença de Instalação para os trechos LT Abdon Batista – Videira (C1/C2) e LT Abdon Batista – Barra Grande (C3), incluindo as obras de ampliação das subestações SE Barra Grande, SE Abdon Batista e SE Videira. A obtenção da LI é um importante marco para o projeto uma vez que permite o início das obras em todo o empreendimento. Em setembro de 2023, Pitiguari obteve a Licença Prévia para os trechos mencionados acima. Pitiguari é um empreendimento do lote 10 do Leilão de Transmissão ANEEL 01/2022, realizado em junho de 2022, 100% controlado pela Taesa. Pitiguari apresenta uma RAP total de R\$ 21,4 milhões para o ciclo 2023-2024 e um Capex ANEEL de R\$ 243,2 MM. O empreendimento está localizado no Estado de Santa Catarina, com extensão aproximada de 92,7 km de linhas de transmissão, sendo 66,7 km de circuito duplo. O prazo estipulado pela ANEEL para energização de Pitiguari é março de 2027. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 30 de setembro de 2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

Em janeiro de 2024, a ANEEL autorizou, através da REA nº 15.027/2024, a São Pedro a implantar os reforços no seccionamento da LT 230kV Rio Grande II-Barreiras II C1 e C2 na SE Barreiras. O Capex ANEEL estimado para a realização destes reforços é de R\$ 40,9 MM, com RAP de R\$ 5,4 MM (ciclo 2023-2024) após sua energização e com um prazo regulatório até novembro de 2025 para conclusão.

Entre dezembro de 2023 e fevereiro de 2024, o empreendimento da concessão de Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Tangará") obteve quatro Licenças Prévias para as seguintes funções: (i) o seccionamento da LT Açailândia – Miranda II; (ii) a Subestação Santa Luzia III; (iii) a LT 230kV Açailândia-Dom Eliseu II; e (iv) a LT 230kV Encruzo Novo - Santa Luzia III. Além disso, obteve a Licença de Instalação para subestação SE Santa Luzia II, que permite o início das obras na referida subestação e uma a Licença Ambiental Unificada ("LAU") para a SE Encruzo Novo, que é um importante marco para o projeto uma vez que permite o início das obras no trecho correspondente. Tangará é um empreendimento referente ao lote 3 do leilão de transmissão nº 02/2022, realizado em dezembro de 2022, 100% controlada pela Taesa. Tangará apresenta uma RAP total de R\$ 104,7 milhões para o ciclo 2023-2024 e um Capex ANEEL de R\$ 1.117 milhões. O empreendimento está localizado nos estados de Maranhão e Pará, com extensão aproximadamente de 279 km de linhas de transmissão, sendo 72 km de circuito duplo. O prazo estipulado pela ANEEL para energização de Tangará é março de 2028. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 31 de março de 2023, quando o contrato de concessão foi assinado.

Em dezembro de 2023, o empreendimento da concessão de Sant'Ana entrou em operação comercial total e atualmente recebe 95,4% de sua RAP. Existem pendências técnicas que estão sendo conciliadas junto a ANEEL e uma vez sanadas Sant'Ana passará a receber 100% da sua RAP. Em agosto de 2023, o empreendimento de Sant'Ana obteve junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") a emissão dos Termos de Liberação ("TLs") para o Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C2. Em 30 de maio de 2023, Sant'Ana obteve junto ao ONS a emissão dos TLs para as instalações LT Livramento 3 – Santa Maria 3, SE Santa Maria e Compensador Síncrono da SE Livramento 3. Os TLs foram emitidos de forma retroativa às datas de energização das instalações ocorridas em 2 e 18 de maio respectivamente, e garantindo assim, o recebimento

de cerca de 36% da RAP do empreendimento para a Companhia. Em 7 de dezembro de 2022, Sant'Ana obteve o TL para as instalações LT Livramento - Maçambará 3, SE Maçambará 3 e Seccionamento Maçambará - Santo Ângelo em Maçambará 3 C1 e passou a adicionar para a Companhia uma RAP de 32% da RAP total do empreendimento, retroativo a 30 de novembro de 2022. Em 1º de abril de 2022, o empreendimento de Sant'Ana obteve os TLs para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), ambas com tensão de 230 kV, e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3, passando a adicionar para a Companhia uma RAP de mais de 23% da RAP total do empreendimento, retroativa a 28 de março de 2022. Com essas entregas parciais, Sant'Ana passou a ter direito a aproximadamente R\$ 77 MM de RAP (ciclo 2023-2024) antes do prazo previsto de conclusão pela ANEEL de julho de 2023, ou seja, 95,4% da sua RAP total. Sant'Ana é um empreendimento do lote 12, do leilão de transmissão nº 004/2018, realizado em dezembro de 2018, 100% controlada pela Taesa. Sant'Ana apresenta uma RAP total de R\$ 80,8 MM para o ciclo 2023-2024. O empreendimento está localizado no Estado do Rio Grande do Sul com extensão aproximadamente de 591 km de linhas de transmissão. O prazo estipulado pela ANEEL para a sua energização é julho de 2023, alterado após publicação da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.926/2020, que conferiu 4 de meses de postergação da entrada em operação comercial como medida de enfrentamento dos efeitos da pandemia.

Entre agosto e setembro de 2023, o empreendimento da concessão Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Ananai") obteve a Licença Prévia para os trechos da LT 525kV Bateias – Curitiba Leste (C1/C2) e da LT 500kV Ponta Grossa – Assis (C1/C2), incluindo as obras de ampliação das subestações SE Bateias, SE Curitiba Leste, SE Ponta Grossa e SE Assis a serem interligadas. Ananai é um empreendimento referente ao lote 1 do leilão de transmissão nº 02/2021, realizado em dezembro de 2021, 100% controlada pela Taesa. Ananai apresenta uma RAP total de R\$ 166,2 MM para o ciclo 2023-2024 e um Capex ANEEL de R\$ 1.750 MM. O empreendimento está localizado nos estados de São Paulo e Paraná, com extensão aproximadamente de 363 km de linhas de transmissão. O prazo estipulado pela ANEEL para energização de Ananai é março de 2027. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 31 de março de 2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

Em agosto de 2023, a Companhia inaugurou o seu novo Centro de Operação do Sistema ("COS"), investindo em modernização, segurança e qualidade operacional e visando o crescimento sustentável do negócio. O COS está preparado para aumentar a capacidade de atuação e sustentar o crescimento da Taesa no setor de transmissão além de proporcionar maior confiabilidade e segurança operacional para o desenvolvimento do setor energético no Brasil. O COS possui tecnologia e infraestrutura de última geração, com capacidade de comandar e monitorar, em tempo real, todos os ativos da Taesa e é uma edificação com autossuficiência energética, equipada com sistemas que garantem redução no consumo anual de água e energia, dentro das melhores práticas de ESG.

Em agosto de 2023, a ANEEL autorizou, através da REA nº 14.819/2023, a ATE a implantar o reforço no empreendimento na SE Assis: Instalação do 2º ATF 500/440 kV – 3x500 MVA. O Capex ANEEL estimado para realização desse reforço é de R\$ 80,9 MM, que acrescentará a Companhia uma RAP de R\$ 11,8 MM (ciclo 2023-2024) após sua energização e com um prazo regulatório até fevereiro de 2025 para sua conclusão.

O empreendimento de Ivaí obteve o Termo de Liberação Definitivo ("TLD") pela ONS para as seguintes instalações: (i) em agosto de 2023, o Módulo Geral 525 kV SE Sarandi, Reatores 525 kV SE Sarandi, e os Bancos de Transformadores 525/230 kV SE Sarandi; (ii) em maio de 2023, a LT 525 kV Foz do Iguaçu-Guaíra (circuito duplo), os Módulos Gerais 525 kV da SE Foz do Iguaçu e SE Guaíra, Reatores 525 kV, e os Bancos de Transformadores 525/230 kV da SE Guaíra; (iii) em abril de 2023, o Banco de Capacitores 138kV – 30 Mvar da SE Paranavaí Norte, o Módulo Geral 230 kV da SE Paranavaí Norte com interligações, os Bancos de Transformadores 230/138 kV da SE Paranavaí Norte, as entradas de linha 138 kV Paranavaí e a LT 230 kV Sarandi-Paranavaí Norte (circuito duplo); (iv) em janeiro de 2023, os Reatores 525 kV Guaíra – Sarandi, (v) em dezembro de 2022, a LT 525 kV Guaíra – Sarandi (circuito duplo); e (vi) em novembro de 2022, a LT 525 kV Sarandi-Londrina C1 e o Módulo Geral 525 kV Londrina. O empreendimento obteve os termos de liberação provisórios dos trechos acima e também dos trechos LT 525 kV Sarandi-Londrina C2, o que garantiu uma RAP de 90% de cada trecho em datas anteriores as datas acima. Com essas entregas parciais, Ivaí passou a receber aproximadamente 99,5% da RAP total do projeto. Ivaí é um empreendimento referente ao lote 1, do leilão de transmissão nº 005/2016, realizado em abril de 2017, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção

igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 414,2 MM para o ciclo 2023-2024, e está localizada no Paraná, com extensão de 593 km de linha em circuito duplo, com tensões de 230kV e 525kV, interligando a 5 subestações.

Em 30 de março de 2023, a Taesa assinou os contratos de concessão dos lotes 3 e 5 referentes ao Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2022, realizado em dezembro de 2022. O lote 5 é chamado de Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Saíra") e fica situado entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com extensão já construída de 743 km de linha e três subestações, sendo a SE Garabi uma conversora denominada de *back-to-back* que possibilita a exportação e importação de energia elétrica para Argentina. O empreendimento tem um investimento previsto de R\$ 1.176 milhões (Capex ANEEL), e uma RAP de R\$ 174,4 MM (ciclo 2023-2024) já adicionada de PIS/COFINS. Como parte do valor do investimento, a Companhia realizou o pagamento da indenização de R\$ 870,6 MM à concessionária anterior, passando a realizar toda a operação e manutenção, garantindo assim, a partir de 31 de março, a contabilização de 72,2% da sua RAP total. Uma vez concluídas as obras de revitalização, cujo prazo regulatório para conclusão é de 60 meses, serão acrescentados os 27,8% remanescentes da sua RAP total para a Companhia. O lote 3 é chamado de Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Tangará") e fica situado nos Estados do Maranhão e Pará, com 279 km de extensão sendo 72 km de circuito duplo. Tangará tem um investimento previsto de R\$ 1.117 milhões (Capex ANEEL) com prazo regulatório de conclusão da obra de 60 meses e acrescentará uma RAP de R\$ 104,7 MM (ciclo 2023-2024), a partir da sua entrada em operação.

Em julho de 2022, a ANEEL autorizou, através da REA nº 13.194/2022, a TSN a implantar reforço na SE Bom Jesus da Lapa II para instalação do 3ºATR 500/230 kV, 3x100 MVA e conexões. O Capex ANEEL estimado para a realização do reforço é de R\$ 71 MM, com RAP R\$ 10,0 MM (ciclo 2023-2024) e um prazo regulatório de janeiro de 2025.

Em outubro de 2022, sob as Resoluções Autoritativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022, a Taesa obteve autorização para implantar reforços nas instalações de Novatrans. Novatrans entrou em operação em junho de 2003 e atualmente interliga as regiões Norte e Sudeste, com aproximadamente 1.278 km de 500kV de linhas de transmissão e 6 subestações passando pelos estados do Maranhão, Tocantins e Goiás. As REAs acima autorizam a substituição de 3 Bancos de Capacitores Séries nas subestações de SE Imperatriz, SE Colinas e na saída de linha LT 500kV Colinas-Imperatriz C2. Com um investimento previsto de R\$ 262,6 MM (Capex ANEEL), os projetos terão um prazo regulatório de 30 meses para conclusão e acrescentarão para a Companhia uma RAP de R\$ 45,0 MM a partir da sua energização.

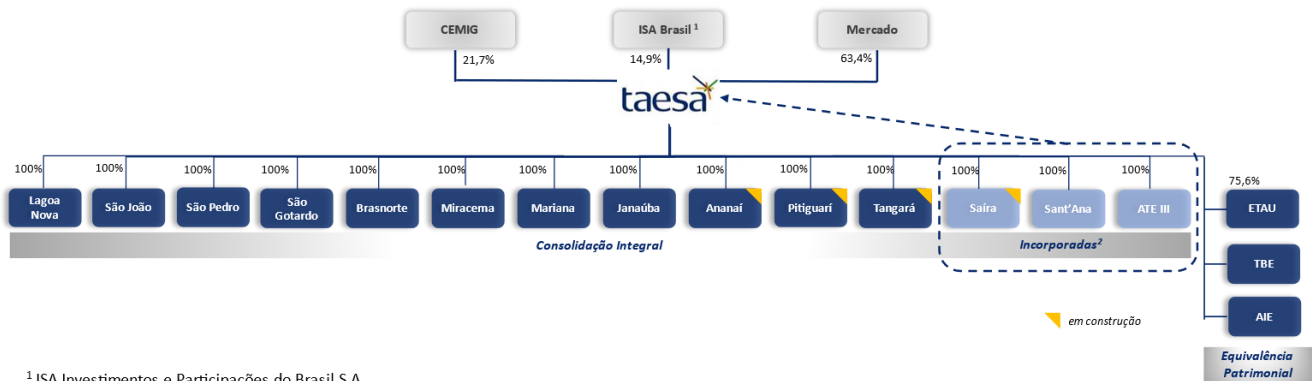
Em julho de 2022, o empreendimento de Paraguaçu obteve o termo de liberação pelo ONS, o qual autoriza o recebimento de R\$ 81,7 MM de RAP para a Companhia de acordo com o ciclo RAP 2023-2024. Paraguaçu é um empreendimento referente ao lote 3, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 163,5 MM para o ciclo 2023-2024 e está localizada nos estados de Minas Gerais e Bahia, com extensão de 338 km de linha com tensão de 500 kV, interligando a subestação Poções III à subestação Padre Paraíso 2.

Em maio de 2022, o empreendimento de Aimorés entrou em operação comercial, passando a adicionar o valor de R\$ 54,8 MM de RAP para a Companhia de acordo com o ciclo RAP 2023-2024. Aimorés é um empreendimento referente ao lote 4, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 109,5 MM para o ciclo 2023-2024 e está localizada no estado de Minas Gerais, com extensão de 208 km de linha com tensão de 500 kV, interligando a subestação Padre Paraíso 2 à subestação Governador Valadares 6.

Em fevereiro de 2022, o empreendimento de ESTE obteve o termo de liberação pelo ONS, o qual autoriza o recebimento de receita a partir de 9 de fevereiro de 2022, passando a adicionar para a Taesa uma RAP de R\$ 77,4 MM (ciclo 2023-2024). ESTE é um empreendimento do lote 22, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, 100% controlada pela subsidiária EATE, na qual a Taesa possui de 49,98%

do capital social total. A ESTE possui uma RAP total de R\$ 154,9 MM para o ciclo 2023-2024 e está localizada entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, compreendendo a linha de transmissão LT 500 kV Mesquita - João Neiva 2, de cerca de 236 km de extensão, e a subestação SE 500/345 kV João Neiva 2.

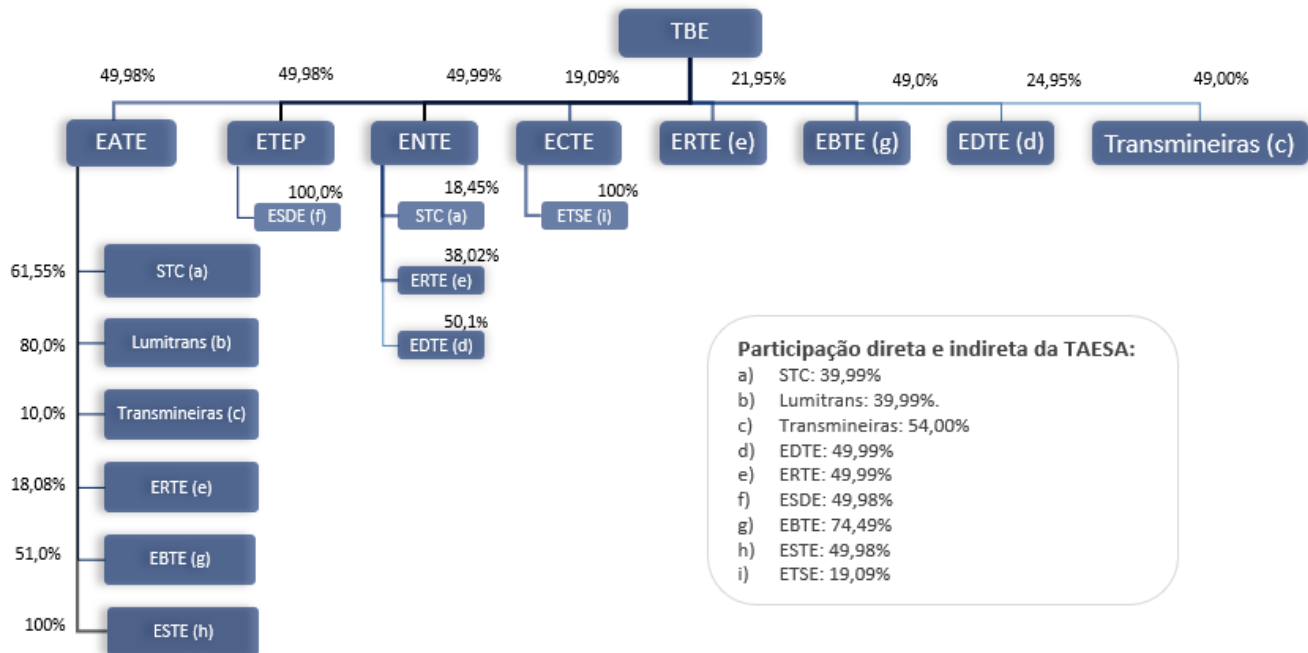
Todos os valores de RAP mencionados acima estão adicionados de PIS/COFINS. Para maiores detalhes, vide seção 4.2.



¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

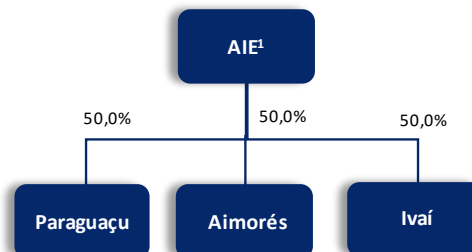
² As concessões de Saira, Sant'Ana e ATE III foram incorporadas na Taesa em 29 de dezembro de 2023.

3.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.
Transmineiras - Conjunto de participações em 3 concessões: Transirapé, Transleste e Transudeste, cuja gestão operacional é realizada pelo grupo TBE.

3.3. Estrutura Societária AIE



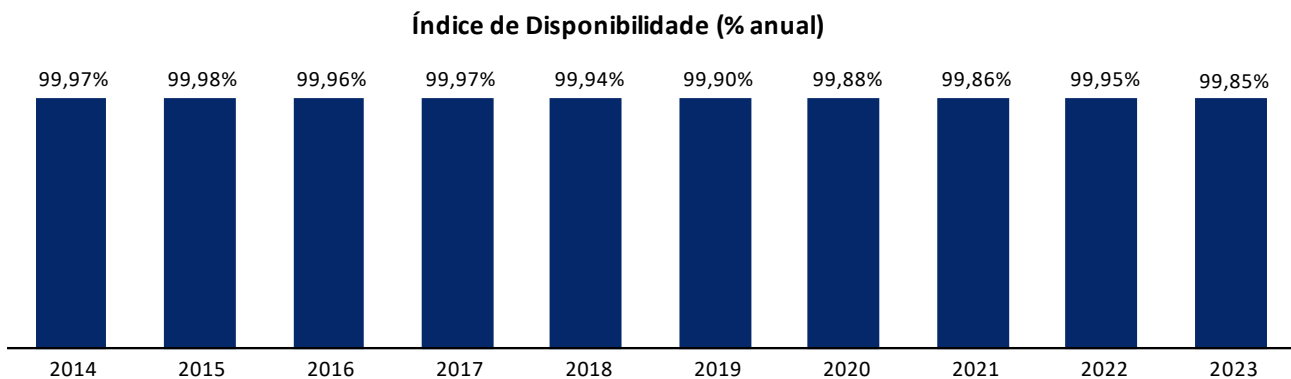
¹AIE é um grupo econômico com participação de 50% TAESA e 50% CTEEP.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

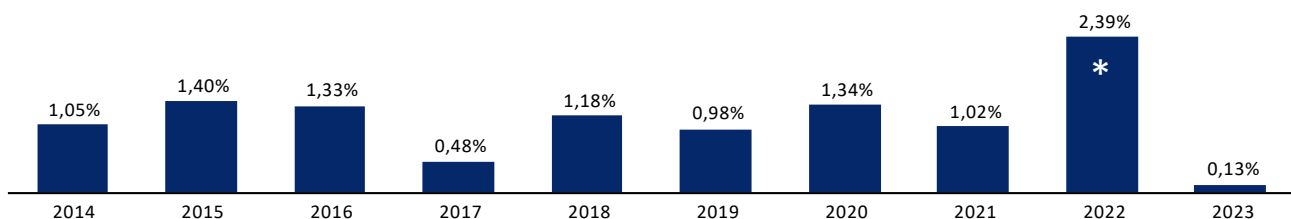
Alinhado com o alto desempenho operacional verificado ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no ano de 2023, um índice de disponibilidade de 99,85%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, sem considerar ETAU, AIE e TBE.

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



$$\sum \frac{(Extensão da linha \times horas disponíveis)/100}{(Extensão da linha \times 8.760 horas)/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, o desempenho da Companhia é melhor verificado através da análise do valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo



* PV referente ao evento de caso furtivo da queda de torres na LT 500 kV Imperatriz - Colina C2 ocorrida em dezembro de 2022, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao (SIN)

A PV contabilizada em 2023 foi de R\$ 3,6 MM, equivalente a 0,13% da RAP do mesmo período. Os principais eventos que impactaram a Parcela Variável do período foram os seguintes: (i) Novatrans: reversão de provisão contabilizada no 1T23 pela queda de torres na LT 500 kV Imperatriz-Colina C2 ocorrida em dezembro de 2022, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao Sistema Interligado Nacional, conforme amplamente noticiado na mídia, portanto, externo e alheio ao controle da Companhia; (ii) ATE: reversão de provisão contabilizada no 2T23, motivada por deferimento de liminar de suspensão da cobrança da parcela variável, referente a queda de torres na LT 525 kV Assis-Araraquara C1 SP ocorrida em outubro de 2021, decorrente de um evento climático severo, portanto, externo e alheio ao controle da Companhia – aguardando julgamento do mérito pela ANEEL; (iii) ETEO: cobrança no 3T23 após julgamento indeferindo pedido de evento externo e alheio à Companhia, referente a queda de cabos da fase B da LT 440 kV Assis-Sumaré em setembro de 2021, causado por serragem intencional da manilha de suporte dos isoladores, cuja provisão no 4T21 havia sido revertida no 1T22; (iv) Sant'Ana: cobrança no 3T23 por atraso no comissionamento e testes de proteção das novas LTs de Maçambará; e (v) Novatrans: provisões para substituições das células capacitivas defeituosas da SE Serra da Mesa e de capacitores da SE Gurupi.

4.2. Ciclo da RAP 2023-2024

Em 4 de julho de 2023, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.216/2023 ("REH 3.216") que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2023-2024, passando a valer a partir de 1º de julho de 2023 até 30 de junho de 2024, afetando, portanto, o resultado da Taesa somente a partir do 3T23. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de -4,47% (deflação), e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de +3,94%.

RAP (R\$ MM)	Ciclo 2021-2022	Ciclo 2022-2023	Ciclo 2023-2024
Ajuste IGP-M	37,0%	10,7%	-4,5%
Novatrans ²	483,3	535,4	550,5
TSN ²	454,6	506,2	494,7
Munirah	29,9	33,1	31,6
GTESA	8,1	8,9	8,5
PATESA ²	23,9	26,7	26,4
ETAU ¹	39,1	43,2	41,3
ETEO	144,4	159,9	152,7
NTE	126,1	139,9	133,6
STE	69,5	77,2	73,6
ATE I	122,1	135,3	129,2
ATE II	273,6	211,8	202,3
EATE ¹	179,0	198,3	189,4
ETEP ¹	40,3	44,6	42,6
ENTE ¹	92,2	102,1	97,5
ECTE ¹	14,9	16,5	15,7
ERTE ¹	21,0	23,2	22,2
Lumitrans ¹	17,4	12,1	9,2
Transleste ¹	18,0	20,0	19,1
Transirapé ¹	29,4	23,5	23,0
Transudeste ¹	18,4	12,4	11,8
Subtotal	2.205,1	2.330,3	2.275,2
Ajuste IPC-A	8,1%	11,7%	3,9%
ATE III ²⁴	152,3	158,9	95,0
São Gotardo	6,2	6,9	7,2
Mariana	18,4	20,6	21,4
Miracema	77,4	86,4	89,8
Janaúba	235,4	257,6	267,7
Aimorés ¹	48,1	52,7	54,8
Paraguaçu ¹	71,9	78,6	81,7
Brasnorte	33,9	37,8	39,2
STC ¹⁴	21,7	18,0	15,1
EBTE ¹	44,5	48,5	51,7
ESDE ¹	8,1	9,1	9,4
ETSE ¹	5,0	6,5	6,8
ESTE ¹	68,1	74,5	77,4
Ivaí ¹³	178,3	199,2	207,1
EDTE ¹	41,9	46,1	47,9
Sant'Ana ³	69,6	77,8	80,8
São João	55,9	62,4	64,9
São Pedro	60,1	67,2	75,6
Lagoa Nova	14,4	16,1	16,7
Ananaí ³	143,1	159,9	166,2
Pitiguari ³		19,5	21,4
Tangará (Lote 3) ³⁵		100,7	104,7
Saíra (Lote 5) ³⁵		167,7	174,4
Subtotal	1.354,6	1.772,7	1.777,0
Total	3.559,7	4.103,0	4.052,2

Obs: Todos valores de RAP estão adicionados de PIS/COFINS

¹ Valor de RAP proporcional à participação da Taesa

² Incluindo os reforços

³ Em Construção

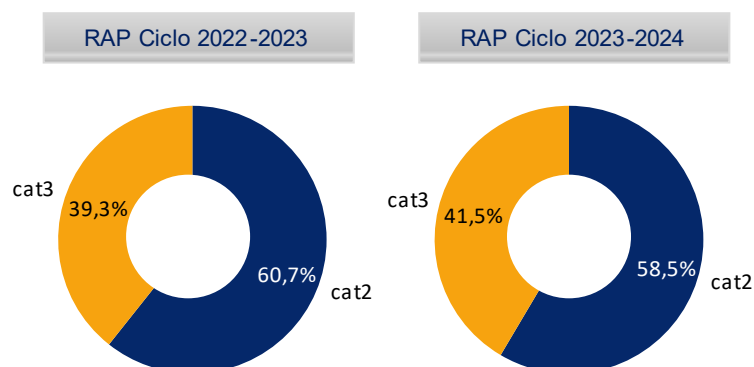
⁴ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁵ Contratos das concessões assinados em 30/03/2023

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total¹ (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2023-2024 é de R\$ 4,1 bilhões, sendo 44,5% no nível da *holding*. A RAP operacional da Taesa para o ciclo 2023-2024 ficou em R\$ 3,7 bilhões, contra R\$ 3,5 bilhões para o ciclo 2022-2023, considerando as entradas de novas fases de Sant'Ana, as entradas parciais de Ivaí e a conclusão de Paraguaçu.

O reajuste da RAP para o ciclo 2023-2024 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **ATE III, Lumitrans e STC** sofreram impacto da queda de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 4.3); (ii) **Novatrans, TSN e São Pedro** possuem reforços autorizados; e (iii) **PATESA** recebeu adicional de RAP de O&M devido a seccionamento de linha. Vale ressaltar que os valores apresentados pela REH 3.216 podem sofrer alteração após análise e apresentação de recurso a ANEEL pela Companhia.

Os valores publicados de RAP pela REH 3.216 das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, Tangará e Saíra foram adicionados de PIS/COFINS para ficarem alinhados às demais concessões da tabela.



4.3. Queda de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) consideram a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada foi reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para os ciclos 2016-2017, 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020, 2020-2021, 2021-2022 e 2022-2023, as seguintes concessões atingiram o 16º ano de operação¹:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE³**: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% da RAP entrou em 26/3/2017.
- **ETEP³**: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE³**: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN³**: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE³**: 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA³**: 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE³**: 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU³**: 34,2% da RAP da ETAU entrou no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrou no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE I entrou no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrou no 16º ano de operação em 18/12/2020.
- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrou no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrou no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé³**: 45,1% da RAP da Transirapé entrou no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.
- **Lumitrans³**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrou no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC³**: 71,9% da RAP da STC entrou no 16º ano de operação em 8/11/2022.
- **ATE III³**: 54,4% da RAP da ATE III entrou no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

Portanto, a RAP da Taesa não terá nos próximos ciclos outros impactos de redução de 50% de RAP que não tenham sido reconhecidos até o final do ciclo 2023-2024.

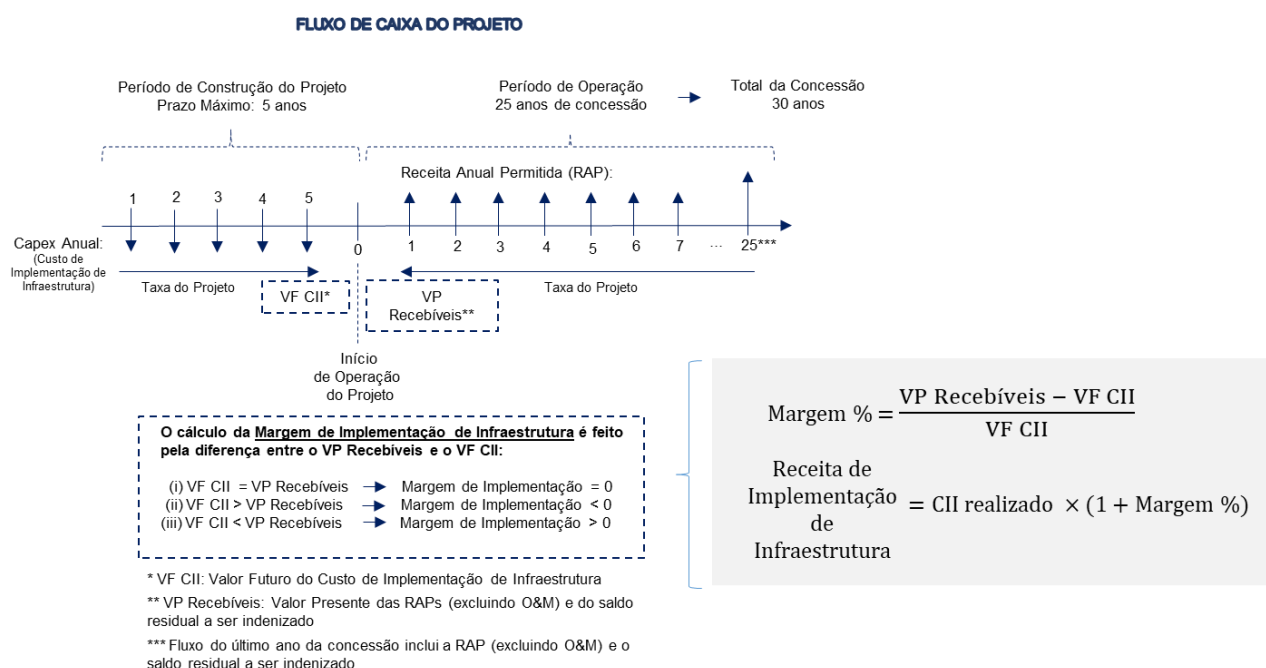
Notas:

1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria II sujeitos à queda de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15 a partir de 2018, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

O Ativo de Contrato de Concessão é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto, que se refere ao custo de capital do ativo avaliado à época da sua aquisição.



No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo de Contrato de Concessão), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de implementação de infraestrutura. Isto é, a receita de implementação de infraestrutura constitui uma margem de implementação, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Implementação no momento da entrada em operação (vide figura acima). Ou seja, a receita de implementação é calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de implementação mais a margem de implementação, que inclui também os juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo de contrato de concessão. Portanto, no Ativo de Contrato de Concessão a margem de implementação impacta a Demonstração de Resultados do projeto.

A receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e é contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Implementação de Infraestrutura e o cálculo é o mesmo descrito acima.

Após a entrada em operação, o Ativo de Contrato passa a ser corrigido mensalmente pela inflação (IGP-M ou IPCA, de acordo com cada concessão), calculado pela correção monetária dos recebimentos futuros trazidos a valor presente pela Taxa de retorno do Projeto. A receita de O&M é uma parcela da RAP destinada a remunerar a operação e a manutenção dos ativos da concessão.

Impactos da mudança contábil do CPC-47 registrados até o momento:

Os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 1º de janeiro de 2018, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido), no montante de R\$ 113.399.544,45, referentes a exercícios anteriores.
- (ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iii) Para o Exercício Social de 2019, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 291.323.518,24 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iv) Para o Exercício Social de 2020, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 631.469.547,58 (incluso o montante de R\$ 124.947.792,20 relacionado ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº04/2020) que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício. Além disso, o montante de R\$ 63.583.002,83 relacionado também ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 para os exercícios anteriores foi registrado na conta de reserva especial, no patrimônio líquido de 2020.
- (v) Para o Exercício Social de 2021, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 408.098.711,76 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício.
- (vi) Para o Exercício Social de 2022, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante líquido de R\$ 94.232.513,75 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, sendo constituído por uma reserva de R\$ 207.632.058,20 e uma realização de R\$ 113.399.544,45 referente ao pagamento de dividendos intermediários em dezembro de 2022.
- (vii) Para o Exercício Social de 2023, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante líquido de R\$ 232.903.901,03 que foi destinado para a conta reserva de lucros a realizar ao término do exercício.

É importante ressaltar que para os exercícios sociais de 2021, 2022 e 2023 a reserva legal (5%) não foi constituída com base no art. 193 parágrafo 1º da Lei das S.A. que indica que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder 30% do capital social.

Com base na deliberação do Conselho de Administração em reunião ocorrida no dia 13 de dezembro de 2023, a Companhia transferiu o montante de R\$ 1.698.618.543,59 da conta reserva especial de lucros para a conta reserva de lucros a realizar, cuja realização se dará por meio de pagamentos de dividendos intermediários, a depender de disponibilidade de caixa da Companhia. Portanto, os ajustes acima mencionados somam R\$ 1.951.934.824,79, sendo R\$ 1.931.522.444,62 contabilizados como Reserva de Lucros a Realizar e R\$ 20.412.380,17 como Reserva Legal (5%).

É importante ressaltar que os efeitos relativos à adoção do CPC 47 (Margem de Construção) são excluídos do lucro líquido distribuível e durante o exercício são contabilizados na conta de Lucros Acumulados, sendo destinados para as contas de Reserva de Lucros a Realizar e Reserva Legal ao final do exercício social.

4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 4T23 foi de R\$ 1.304,1 MM, 156,0% maior que o 4T22, em função principalmente dos maiores investimentos realizados em Ananai, Saíra, Tangará e reforços da Novatrans e TSN, e do crescimento da receita de correção monetária motivada majoritariamente pela recuperação do IGP-M entre os períodos comparados.

A Receita Líquida IFRS de 2023 foi de R\$ 3.362,1 MM, 28,5% maior que o registrado em 2022.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de implementação de infraestrutura que passa a contabilizar uma margem de implementação de infraestrutura, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é reconhecido mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do quarto trimestre de 2023 foram: IGP-M de +0,37%, +0,50% e +0,59% (acumulado +1,47%), e IPCA de +0,26%, +0,24% e +0,28% (acumulado +0,78%), referente aos meses de setembro, outubro e novembro de 2023, respectivamente. No quarto trimestre de 2022, o IGP-M foi de e -0,95%, -0,97% e -0,56% (acumulado -2,46%), e IPCA de -0,29%, +0,59% e +0,41% (acumulado +0,71%), referente aos meses de setembro, outubro e novembro, de 2022, respectivamente. Já no ano de 2023, o IGP-M acumulado foi de -3,46% e o IPCA em +4,68%. E no acumulado de 2022, ambos o IGP-M e o IPCA foram apurados em +5,90% (base para a correção monetária no ano: dezembro a novembro).

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	4T23	4T22	Var.%	2023	2022	Var.%
Operação e manutenção	267,1	262,8	1,6%	1.077,1	1.008,5	6,8%
Remuneração do ativo contratual de concessão	286,3	260,4	10,0%	1.131,4	1.047,9	8,0%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	156,3	(32,8)	n/a	207,6	565,5	-63,3%
Implementação de infraestrutura	732,3	113,9	542,8%	1.223,7	261,5	368,0%
Total Receitas IFRS	1.442,0	604,3	138,6%	3.639,7	2.883,4	26,2%
Parcela variável	(4,2)	(29,9)	-85,9%	(3,6)	(60,2)	-94,1%
Outras receitas operacionais	6,0	9,0	-33,4%	58,5	46,2	26,6%
Receita operacional bruta	1.443,8	583,4	147,5%	3.694,6	2.869,4	28,8%
PIS e COFINS	(112,7)	(50,0)	125,5%	(229,3)	(165,1)	38,9%
ISS	(0,1)	(0,1)	-2,2%	(0,5)	(0,4)	4,7%
ICMS	0,1	(0,0)	n/a	-	(0,0)	-100,0%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26,9)	(23,9)	12,4%	(102,7)	(87,3)	17,7%
Deduções da receita operacional bruta	(139,6)	(74,1)	88,5%	(332,5)	(252,9)	31,5%
Receita operacional líquida	1.304,1	509,4	156,0%	3.362,1	2.616,5	28,5%

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento anual de 1,6% da receita de O&M se deve ao início da operação de Saíra sob gestão da Taesa e das novas fases de Sant'Ana e ao reajuste inflacionário de +3,9% (IPCA) do ciclo 2023-2024 para as concessões de categoria 3, compensado pelo reajuste de -4,5% (IGP-M) do mesmo ciclo para as concessões de categoria 2, conforme Resolução Homologatória nº 3.216/2023. Na comparação entre 2023 e 2022, o aumento de 6,8% se deve aos mesmos motivos mencionados acima, além do reajuste inflacionário do ciclo 2022-2023.
- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa de retorno do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O aumento de 10,0% na comparação anual se deve principalmente ao início da operação da concessão Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa a partir de 31 de março de 2023, imediatamente após a assinatura

do contrato de concessão, e a entrada em operação de novas fases de Sant'Ana (~95% da RAP total habilitada), além do impacto material da correção monetária no saldo do ativo contratual nos últimos doze meses, mais especificamente pelo IPCA, que mais que compensou a queda natural desta receita em função da amortização do ativo pelos recebimentos. Na comparação entre 2023 e 2022, o aumento de 8,0% se deve aos mesmos motivos mencionados acima.

- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação, a receita de correção monetária apresentou um aumento na comparação anual de R\$ 189,1 MM em razão do aumento dos índices macroeconômicos, principalmente o IGP-M (+1,47% no acumulado do 4T23 versus -2,46% no 4T22), além do início da operação de Saíra e das novas fases de Sant'Ana. Na comparação entre 2023 e 2022, a redução de 63,3% se deve a contração dos índices macroeconômicos no ano, principalmente o IGP-M (deflação de -3,46% acumulada em 2023 versus uma inflação de +5,90% em 2022), compensado em parte pela aquisição de Saíra e entrega de novas fases de Sant'Ana.
- **Implementação de infraestrutura:** Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de implementação nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de implementação durante o período pré-operacional. O aumento anual de R\$ 618,4 MM na receita de implementação se deve basicamente aos investimentos realizados em Ananaí, Tangará e Saíra (2ª fase), além dos reforços na Novatrans e TSN. Na comparação entre 2023 e 2022, o aumento de R\$ 962 MM se deve aos mesmos motivos mencionados acima.
- **Parcela variável (PV):** A Parcela Variável (PV) registrou uma melhora de R\$ 25,7 MM na comparação entre os períodos principalmente em função da PV provisionada no 4T22 (e revertida no 1T23) referente a queda de torres na LT 500 kV Imperatriz-Colina C2 (Novatrans), em dezembro de 2022, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao Sistema Interligado Nacional, portanto, externo e alheio à Companhia. Na comparação entre 2023 e 2022, a melhora de R\$ 56,6 MM se deve, principalmente a reversão mencionada acima, além da reversão de provisão na concessão ATE, contabilizada no 2T23, motivada por deferimento de liminar de suspensão da cobrança da parcela variável, referente a queda de torres na LT 525 kV Assis-Araraquara C1 SP ocorrida em outubro de 2021, decorrente de um evento climático severo.
- **Outras receitas operacionais:** A redução de R\$ 3,0 MM nesta linha se deve principalmente por (i) contabilização no 4T22 de R\$ 2,0 MM referente à receita da concessão Sant'Ana após a entrada em operação de uma de suas fases (a contabilização do ativo contratual operacional somente é iniciada após a entrada em serviço do seu respectivo ativo imobilizado, cujo prazo é de até 60 dias após a sua entrada em operação comercial), e (ii) desconto na RAP referente a pendências técnicas que estão sendo conciliadas junto a ANEEL e uma vez sanadas Sant'Ana passará a receber 100% da sua RAP. Na comparação entre 2023 e 2022, o aumento de R\$ 12,3 MM se deve principalmente pela contabilização no 3T23 de receita complementar relativa a Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) por rescisão de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) pelo ONS de uso do sistema por uma contraparte, no valor de R\$ 31 MM, compensado em parte pela contabilização em 2022 referente à receita da concessão Sant'Ana após a entrada em operação parcial, conforme já mencionado acima.
- **Deduções da receita bruta:** Houve um aumento de 88,5% e 31,5% na comparação entre 4T23 versus 4T22 e 2023 versus 2022, respectivamente, principalmente em função do PIS/COFINS diferido que segue a variação da receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide seção 4.15).

4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 723,8 MM no 4T23, 145,1% maior quando comparado ao 4T22.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram em 2023 R\$ 1.454,6 MM, 96,5% maior quando comparado ao ano de 2022.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Pessoal	(62,4)	(54,5)	14,6%	(241,1)	(210,2)	14,7%
Material	(603,2)	(153,5)	293,0%	(1.049,7)	(338,5)	210,1%
Serviço de terceiros	(33,0)	(25,0)	32,2%	(126,3)	(89,6)	41,0%
Outros	(20,0)	(57,1)	-65,0%	(19,5)	(76,8)	-74,6%
Total	(718,6)	(290,0)	147,8%	(1.436,6)	(715,1)	100,9%
Depreciação e amortização	(5,1)	(5,3)	-2,7%	(17,9)	(25,0)	-28,2%
Total	(723,8)	(295,3)	145,1%	(1.454,6)	(740,1)	96,5%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- Pessoal:** O aumento de 14,6% na comparação entre o 4T23 e o 4T22 é explicado principalmente pelo (i) início da operação da concessão Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa a partir de 31 de março de 2023, (ii) reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 2023 em +3,94% baseado no índice de inflação IPCA, e (iii) entrada em operação de novas fases do empreendimento de Sant'Ana. No ano, o aumento de 14,7% se refere aos motivos elencados acima, além do acordo coletivo de 2022 e dos custos de pessoal com os projetos em construção (Ananaí, Tangará e Pitiguari) que não são capitalizados.
- Material:** O aumento anual de R\$ 449,7 MM se deve principalmente a investimentos nos empreendimentos de Ananaí (+R\$ 353,9 MM), Tangará (+R\$ 53,0 MM), Saíra (+R\$ 34,9 MM) e reforços na Novatrans (+R\$ 28,7 MM) e na TSN (+R\$ 17,2 MM). Estes efeitos foram compensados, em parte, por redução no Capex de O&M e menores investimentos em Sant'Ana. Na comparação entre 2023 e 2022, o aumento de R\$ 711,2 MM se deve aos mesmos motivos mencionados acima, exceto Sant'Ana que apresentou um aumento nos investimentos de R\$ 5,8 MM.
- Serviços de terceiros:** O aumento de 32,2% na comparação entre o 4T23 e o 4T22 foi influenciado principalmente por (i) maiores despesas com serviços advocatícios e consultorias técnicas e administrativas, (ii) despesas em Saíra relativas a manutenção de sistemas, limpeza de faixa de servidão, e limpeza e conservação, (iii) maiores gastos em Sant'Ana com serviços de limpeza e conservação, e (iv) maiores despesas com viagens. O aumento de 41,0% entre 2023 e 2022 foi em função principalmente de maiores despesas com serviços de manutenção, limpeza e conservação e consultoria técnicas e administrativas, além dos custos de serviços (~R\$ 16 MM) contabilizados em 2023 nas concessões São João e São Pedro relativos ao contrato de compra e venda, conforme já mencionado.
- Outros:** A redução de 65,0% se deve principalmente ao efeito líquido positivo de revisão da margem dos empreendimentos em construção (Saíra e Sant'Ana), realizada de forma recorrente, compensado em parte por outros custos operacionais (~R\$ 3 MM) nas concessões São João e São Pedro relativos a pendências negociadas no contrato de compra e venda. Na comparação entre 2023 e 2022, a redução de 74,6% se refere a (i) recebimento de indenizações em 2023 na Taesa, no valor de R\$ 26,4 MM, via conta garantia constituída na aquisição das concessões de São João e São Pedro, conforme mencionado acima, (ii) efeito líquido positivo de revisão da margem dos empreendimentos em construção (Saíra e Sant'Ana), realizada de forma recorrente, e (iii) reversão de provisão para contingências fiscais.

- **Depreciação e amortização:** A redução de 2,7% entre o 4T23 e 4T22 se deve basicamente ao encerramento de contratos de locação de veículos, compensado pelo início da depreciação da frota própria de veículos da Companhia. Já a redução de 28,2% entre 2023 e 2022 é explicada principalmente (i) pelo encerramento dos contratos de locação de veículos em 2023, (ii) pela liquidação antecipada do contrato de arrendamento de escritório administrativo em 2022, e (iii) pela finalização de depreciação e amortização de softwares devido ao fim de vida útil. Estes efeitos foram compensados, em parte, pelo início da depreciação da frota própria de veículos da Companhia.

4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

No 4T23, o EBITDA IFRS totalizou R\$ 585,5 MM com margem EBITDA de 44,9%. O aumento de 166,9%, do EBITDA IFRS na comparação com 4T22 é explicado basicamente por (i) aumento da receita de correção monetária motivado pela recuperação do índice de inflação IGP-M (+1,47% no 4T23 versus -2,46% no 4T22), (ii) aumento da margem de implementação de infraestrutura, seguindo os maiores investimentos nos empreendimentos de Ananaí, Tangará, Saíra (2ª fase) e reforços da Novatrans e TSN, (iii) aumento da receita de remuneração influenciado também pelo início operacional de Saíra e das novas fases de Sant'Ana, e (iv) melhora da Parcela Variável. Já na comparação entre 2023 e 2022, o aumento de 1,3% se deve aos mesmos itens (ii), (iii) e (iv) mencionados acima, além dos impactos positivos de Saíra e Sant'Ana nas demais linhas da receita entre os anos comparados. Estes efeitos foram compensados pela queda da receita de correção monetária do ativo contratual em função da contração dos índices macroeconômicos no ano, principalmente o IGP-M que saiu de +5,90% em 2022 para -3,46% em 2023.

EBITDA IFRS (Consolidado)

R\$ MM	4T23	4T22	Var.%	2023	2022	Var.%
Receita líquida	1.304,1	509,4	156,0%	3.362,1	2.616,5	28,5%
Custos e despesas	(718,6)	(290,0)	147,8%	(1.436,6)	(715,1)	100,9%
EBITDA	585,5	219,4	166,9%	1.925,5	1.901,4	1,3%
Margem EBITDA	44,9%	43,1%	1,8 pp	57,3%	72,7%	-15,4 pp

4.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 4T23 alcançou R\$ 592,0 MM, 6,1% maior que o registrado no 4T22, explicada principalmente pelo início da operação de Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa, entrada em operação de novas fases de Sant'Ana, pelo reajuste inflacionário do IPCA no ciclo 2023-2024 da RAP das concessões de categoria 3, e por uma menor Parcela Variável. Estes efeitos foram compensados em parte pelo reajuste negativo do IGP-M no mesmo ciclo para as concessões de categoria 2 e queda de 50% da RAP da ATE III.

Receita Líquida Regulatória em 2023 somou R\$ 2.429,7 MM, apresentando um aumento anual de 9,0%.

A Receita Líquida Regulatória representa o reconhecimento das RAPs definidas nos contratos de concessão e autorizadas pela ANEEL para o ciclo atual, representando um doze avos da RAP contabilizada mensalmente no resultado. Conforme estabelecido no contrato de concessão, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2). Portanto, ela difere Receita Líquida IFRS descrita na seção 4.5.

O crescimento na linha da RAP de 1,8% entre o 4T23 e o 4T22 é explicado pelo início da operação de Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa e entrada em operação de novas fases do empreendimento Sant'Ana em dezembro de 2022, maio e agosto de 2023, e pelo reajuste inflacionário do IPCA no ciclo 2023-2024 da RAP das concessões de categoria 3, em +3,94%. Este aumento foi compensado em parte pelo reajuste negativo do IGP-M no mesmo ciclo das concessões de categoria 2, em -4,47%, e pela redução de 50% da RAP da ATE III (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de queda nas seções 4.2 e 4.3). O aumento de 6,8% na comparação entre 2023 e 2022 se deve basicamente aos mesmos motivos mencionados acima, considerando para esta comparação ainda o reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023 (+10,72% em IGP-M e +11,73% em IPCA) e a contabilização no 3T23 de receita complementar relativa a Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) por rescisão de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) pelo ONS de uso do sistema por uma contraparte, no valor de R\$ 31 MM.

A Parcela Variável (PV) apresentou uma queda de R\$ 25,7 MM na comparação entre o 4T23 e o 4T22 principalmente em função da PV provisionada no 4T22 (e revertida no 1T23) referente a concessão de Novatrans pela queda de torres na LT 500 kV Imperatriz-Colina C2, em dezembro de 2022, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao Sistema Interligado Nacional, portanto, externo e alheio à Companhia. A queda de R\$ 56,6 MM na comparação entre 2023 e 2022 foi impactada ainda pela reversão de provisão na ATE contabilizada no 2T23, motivada por deferimento de liminar de suspensão da cobrança da parcela variável, referente a queda de torres na LT 525 kV Assis-Araquara C1 SP ocorrida em outubro de 2021, decorrente de um evento climático severo.

O aumento de 5,6% e 11,7% na comparação entre os trimestres e ano, respectivamente, nas deduções da receita seguem o aumento da receita operacional bruta.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
RAP Concessionárias	658,4	646,9	1,8%	2.683,2	2.512,1	6,8%
Parcela Variável	(4,2)	(29,9)	-85,9%	(3,6)	(60,2)	-94,1%
Receita do Serviço	654,2	617,0	6,0%	2.679,7	2.451,9	9,3%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	0,3%	1,2	1,1	8,1%
Receita operacional bruta	654,5	617,3	6,0%	2.680,9	2.453,1	9,3%
PIS e COFINS	(35,6)	(35,2)	1,4%	(148,0)	(137,1)	8,0%
ISS	(0,1)	(0,1)	-2,2%	(0,5)	(0,4)	4,7%
ICMS	0,1	(0,0)	n/a	-	(0,0)	-100,0%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26,9)	(23,9)	12,4%	(102,7)	(87,3)	17,7%
Total Deduções	(62,5)	(59,2)	5,6%	(251,2)	(224,9)	11,7%
Receita operacional líquida	592,0	558,1	6,1%	2.429,7	2.228,2	9,0%

4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 178,2 MM no 4T23, 7,5% maior quando comparado ao 4T22. Os custos de PMSO somaram R\$ 107,8 MM, registrando um aumento de 15,4% quando comparado ao 4T22.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização em 2023 alcançaram R\$ 719,6 MM, 13,4% maior na comparação anual. Os custos de PMSO em 2023 somaram R\$ 387,0 MM, registrando um aumento de 11,8%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Pessoal	(62,4)	(54,5)	14,6%	(241,1)	(210,2)	14,7%
Material	(4,9)	(2,6)	86,9%	(19,3)	(6,8)	184,8%
Serviço de terceiros	(33,0)	(25,0)	32,2%	(126,3)	(89,6)	41,0%
Outros	(7,4)	(11,3)	-34,2%	(0,2)	(39,4)	-99,4%
Total	(107,8)	(93,4)	15,4%	(387,0)	(346,1)	11,8%
Depreciação e amortização	(70,5)	(72,4)	-2,7%	(332,6)	(288,6)	15,2%
Total	(178,2)	(165,8)	7,5%	(719,6)	(634,7)	13,4%

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de implementação no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças na linha de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 107,8 MM no 4T23 (+15,4% versus 4T22) e R\$ 387,0 MM em 2023 (+11,8% versus 2022), explicados pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 14,6% na comparação entre o 4T23 e o 4T22 é explicado principalmente pelo (i) início da operação da concessão Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa a partir de 31 de março de 2023, (ii) reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 2023 em +3,94% baseado no índice de inflação IPCA, e (iii) entrada em operação de novas fases do empreendimento de Sant'Ana. No ano, o aumento de 14,7% se refere aos motivos elencados acima, além do acordo coletivo de 2022 e dos custos de pessoal com os projetos em construção (Ananaí, Tangará e Pitiguari) que não são capitalizados.
- **Material:** O aumento anual de R\$ 2,3 MM entre os trimestres comparados se deve aos custos de material nas concessões ATE III e Saíra. O aumento de R\$ 12,5 MM entre 2023 e 2022 é explicado por (i) custos de material (~R\$ 8 MM) nas concessões São João e São Pedro relativos a pendências negociadas no contrato de compra e venda, que foram compensadas por recebimentos na Taesa via conta garantia constituída na aquisição destas empresas, e (ii) maiores gastos com material nas concessões de ATE III e Saíra.
- **Serviços de Terceiros:** O aumento de 32,2% na comparação entre o 4T23 e o 4T22 foi influenciado principalmente por (i) maiores despesas com serviços advocatícios e consultorias técnicas e administrativas, (ii) despesas em Saíra relativas a manutenção de sistemas, limpeza de faixa de servidão, e limpeza e conservação, (iii) maiores gastos em Sant'Ana com serviços de limpeza e conservação, e (iv) maiores despesas com viagens. O aumento de 41,0% entre 2023 e 2022 foi em função principalmente de maiores despesas com serviços de manutenção, limpeza e conservação e consultoria técnicas e administrativas, além dos custos de serviços (~R\$ 16 MM) contabilizados em 2023

nas concessões São João e São Pedro relativos ao contrato de compra e venda, conforme já mencionado.

- **Outros:** A redução de 34,2% no 4T23 se deve principalmente pela baixa de bens do estoque realizada no 4T22 nas concessões ETEO, ATE e ATE II, compensado em parte por outros custos operacionais (~R\$ 3 MM) nas concessões São João e São Pedro relativos a pendências negociadas no contrato de compra e venda. A redução de R\$ 39,2 MM entre 2023 e 2022 se deve principalmente a (i) recebimento de indenizações em 2023 na Taesa, no valor de R\$ 26,4 MM, via conta garantia constituída na aquisição das concessões de São João e São Pedro, e (ii) efeito líquido positivo de provisões referente a riscos fiscais e trabalhistas. Estes efeitos foram compensados em parte pelos outros custos operacionais de cerca de R\$ 3 MM nas concessões São João e São Pedro, conforme já mencionado.

A redução de 2,7% na linha de depreciação e amortização, na comparação entre o 4T23 e o 4T22, refere-se basicamente à revisão dos valores depreciados de Saíra nos trimestres anteriores que haviam sido estimados inicialmente, compensada pela maior depreciação com começo da operação de Saíra (1ª fase) e de novas fases de Sant'Ana em 2023 e pelo início da depreciação da frota própria de veículos da Companhia. Já o aumento de 15,2% entre 2023 e 2022 é explicado basicamente (i) pelo início de operação da concessão Saíra (1ª fase) e de novas fases de Sant'Ana, e (ii) pelo início da depreciação da frota própria de veículos, compensados em parte pela finalização de depreciação e amortização de softwares devido ao fim da vida útil.

4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 4T23 atingiu R\$ 484,2 MM, 4,2% maior que o registrado no 4T22 e a margem EBITDA atingiu 81,8% (-1,5pp versus 4T22). Conforme mencionado anteriormente, o início da operação de Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa a partir de 31 de março de 2023, a entrada em operação de novas fases de Sant'Ana em dezembro de 2022, maio e agosto de 2023, o reajuste inflacionário do IPCA do ciclo da RAP 2023-2024 (+3,9%) das concessões de categoria 3, e a menor Parcela Variável no trimestre, compensados pelo reajuste negativo do IGP-M (-4,5%) no mesmo ciclo para as concessões de categoria 2 e pela queda de 50% da RAP da ATE III, explicam o aumento de 4,2% do EBITDA na comparação entre 4T23 e 4T22. O aumento de 8,5% entre 2023 e 2022 se deve aos motivos elencados acima, ao reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023 e à receita complementar de R\$ 31 MM contabilizada no 3T23 relativa a EUST.

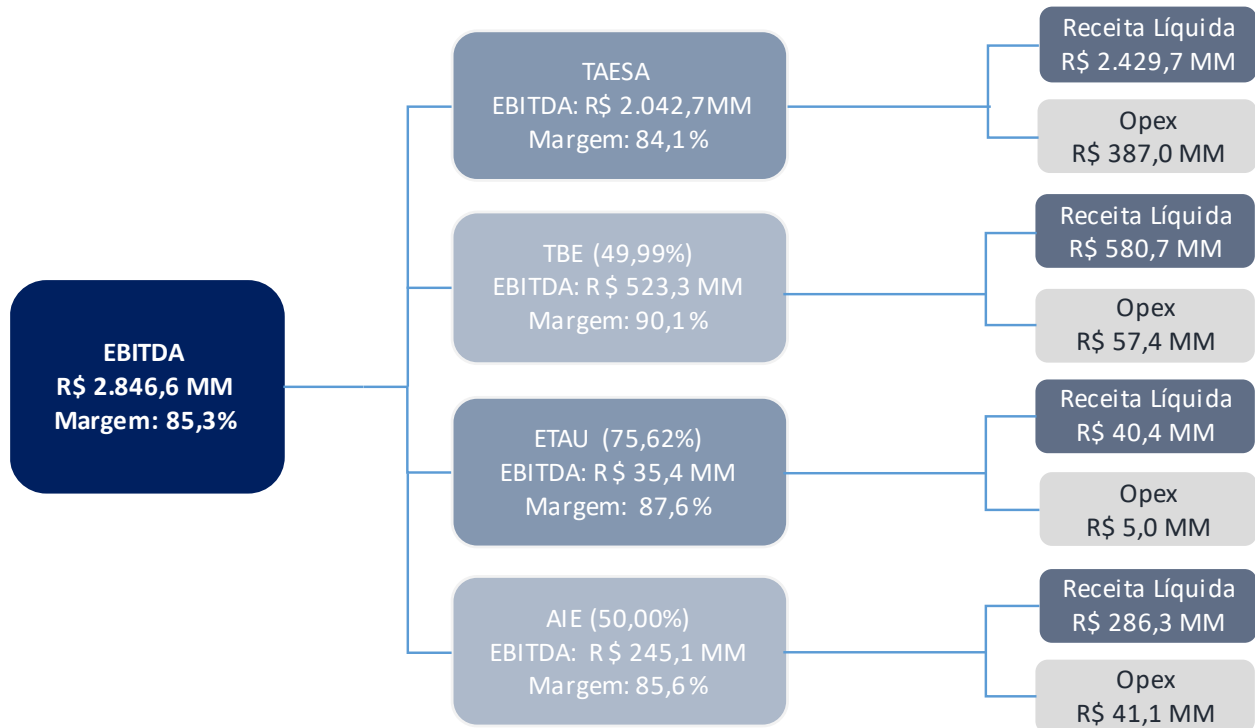
A queda da margem EBITDA, em ambas as comparações, é explicada por (i) reajuste negativo pelo IGP-M para o ciclo da RAP 2023-2024 nos contratos de categoria 2, (ii) redução de 50% da RAP da concessão ATE III – última concessão a sofrer este impacto – no valor aproximado de R\$ 65 MM entre os ciclos 2023-2024 e 2022-2023, e (iii) início da operação da 1ª fase de Saíra e entrada em operação parcial de Sant'Ana, cujos recebimentos das RAPs ainda não estão em 100%. Os efeitos (i) e (ii) impactaram juntos a margem EBITDA consolidada em torno de 1,2pp no 4T23 e 0,5pp em 2023. Expurgando estes dois efeitos, a margem EBITDA seria de 83,0% ao invés de 81,8% no 4T23 e de 84,6% ao invés de 84,1% no ano de 2023, mais em linha com os resultados do 4T22 e 2022, respectivamente.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	4T23	4T22	Var.%	2023	2022	Var.%
Receita líquida	592,0	558,1	6,1%	2.429,7	2.228,2	9,0%
Custos e despesas	(107,8)	(93,4)	15,4%	(387,0)	(346,1)	11,8%
EBITDA	484,2	464,7	4,2%	2.042,7	1.882,1	8,5%
Margem EBITDA	81,8%	83,3%	-1,5 pp	84,1%	84,5%	-0,4 pp

4.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório no ano de 2023 considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, AIE e TBE).



4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 4T23 totalizou R\$ 134,0 MM, R\$ 124,0 MM maior que o 4T22. Já no ano de 2023, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 427,5 MM, 24,3% menor que em 2022.

Equivalência Patrimonial IFRS						
R\$ MM	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
ETAU	6,7	6,1	9,4%	18,0	25,5	-29,5%
TBE	78,4	9,0	774,0%	190,1	369,3	-48,5%
Aimorés	11,5	8,9	29,2%	48,6	67,3	-27,7%
Paraguaçu	17,0	11,8	44,8%	73,1	82,5	-11,3%
Ivaí	20,4	(25,8)	-	97,7	20,3	381,5%
Total Equivalência Patrimonial	134,0	10,0	1244,4%	427,5	564,9	-24,3%

O aumento de R\$ 124,0 MM no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 4T23 e o 4T22, se deve principalmente a: (i) aumento da correção monetária em função da recuperação do IGP-M acumulado no trimestre, com impacto significativo na TBE; (ii) contabilização das receitas de remuneração do ativo contratual, correção monetária e O&M da concessão Ivaí, uma vez que a concessão entrou em operação ao final de 2022; e (iii) aproveitamento do benefício fiscal SUDENE em Aimorés e Paraguaçu a partir de 2023. Já na comparação entre 2023 e 2022, a redução de 24,3% se deve a: (i) menores investimentos em função da entrada em operação Ivaí, ESTE (TBE), Paraguaçu e Aimorés; (ii) redução da receita de correção monetária devido à contração dos índices macroeconômicos, principalmente a deflação no IGP-M, com impacto significativo na TBE e ETAU; (iii) reconhecimento da revisão tarifária em Ivaí no 3T23 com impacto negativo em outras receitas operacionais; e (iv) aproveitamento do benefício fiscal SUDENE em Aimorés e Paraguaçu a partir de 2023.

4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 4T23 totalizou R\$ 91,6 MM, 17,9% maior que o registrado no 4T22. No ano de 2023, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em R\$ 389,3 MM, 74,9% maior que o registrado em 2022.

Equivalência Patrimonial - Regulatório						
R\$ MM	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
ETAU	7,5	4,4	70,8%	32,0	12,5	156,1%
TBE	80,4	76,0	5,8%	312,6	302,1	3,5%
Aimorés	9,5	7,0	34,4%	35,8	15,3	133,9%
Paraguaçu	13,9	8,7	59,3%	53,3	11,2	376,7%
Ivaí	(6,0)	(4,8)	25,0%	10,3	(63,8)	-
Resultado das Controladas	105,3	91,4	15,2%	443,9	277,2	60,1%
Amortização do ágio - TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(54,6)	(54,6)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial	91,6	77,7	17,9%	389,3	222,6	74,9%

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 4T23 apresentou um aumento de 17,9% na comparação com 4T22, explicado pela (i) entrada em operação de Ivaí ao final de 2022, (ii) reajuste inflacionário do IPCA no ciclo da RAP 2023-2024 (+3,9%) para as concessões de categoria 3, (iii) aproveitamento do benefício fiscal SUDENE em Aimorés e Paraguaçu a partir de 2023, e (iv) redução nos tributos na ETAU decorrente da mudança de regime tributário de lucro real para lucro presumido. Estes efeitos foram compensados em parte pelo reajuste negativo do IGP-M (-4,5%) no mesmo ciclo da RAP para as concessões de categoria 2 e por provisão de despesas por encerramento da obra de Ivaí. O aumento de 74,9% na comparação entre 2023 e 2022 é explicado pela (i) entrada em operação de Ivaí, ESTE (TBE), Paraguaçu e Aimorés, (ii) reajuste inflacionário nos ciclos da RAP 2022-2023 e 2023-2024, (iii) redução nos tributos na ETAU decorrente da mudança de regime tributário de

lucro real para lucro presumido, (iv) redução das despesas financeiras em Ivaí em função da desaceleração do IPCA, e (v) aproveitamento do benefício fiscal SUDENE em Aimorés e Paraguaçu a partir de 2023. Estes efeitos foram compensados em parte pelo (i) reajuste negativo do IGP-M (-4,5%) no ciclo da RAP 2023-2024 para as concessões de categoria 2, (ii) provisão de despesas por encerramento da obra de Ivaí.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 196,3 MM no 4T23, 20,4% maior que o registrado no 4T22. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 196,2 MM, um aumento de 20,5% na comparação anual.

No ano de 2023 a despesa financeira líquida IFRS fechou em R\$ 903,8 MM, apresentando um aumento de 22,5% contra 2022. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 903,5 MM, 22,1% maior na comparação anual.

Resultado Financeiro IFRS

R\$ MM	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receitas Financeiras	39,6	40,4	-2,0%	148,0	165,0	-10,3%
Renda de aplicação financeira	39,6	40,4	-2,0%	148,0	165,0	-10,3%
Despesas Financeiras	(235,9)	(203,4)	15,9%	(1.051,8)	(902,6)	16,5%
Juros incorridos	(180,5)	(146,0)	23,6%	(759,2)	(620,0)	22,5%
Variações monetárias e cambiais	(44,5)	(58,3)	-23,8%	(251,2)	(246,2)	2,0%
Ajuste ao valor justo	-	0,0	n/a	-	(11,2)	n/a
Arrendamento	(0,1)	(0,1)	-52,5%	(0,3)	(0,9)	-64,5%
Outras despesas/receitas financeiras	(10,9)	1,0	n/a	(41,0)	(24,2)	69,3%
Total IFRS	(196,3)	(163,0)	20,4%	(903,8)	(737,6)	22,5%

A queda de 2,0% nas Receitas Financeiras, entre 4T23 e 4T22, ocorreu principalmente em função da contração do CDI (+2,83% no 4T23 versus +3,20% no 4T22) entre os trimestres comparados, apesar do maior volume médio de caixa aplicado. No ano, a redução de 10,3% em relação a 2022 foi motivada principalmente pelo menor volume médio de caixa aplicado entre os anos comparados, em função do maior desembolso de CAPEX para os projetos em construção em 2023 além do pagamento do serviço da dívida e de proventos, que foi compensado em parte pelo aumento do CDI (+13,0% em 2023 versus +12,4% em 2022).

O crescimento de 23,6% entre 4T23 e 4T22 na linha de juros incorridos se deve, basicamente, ao aumento do volume médio da dívida causado pelas 13ª e 14ª emissões de debêntures no montante total de R\$ 1,8 bilhão e pelo reajuste do principal das dívidas em IPCA, compensado em parte pela contração do CDI. O aumento de 22,5% entre 2023 e 2022 nesta linha é explicado basicamente pelos mesmos motivos acima.

A queda de 23,8% na linha de variações monetárias e cambiais, entre 4T23 e 4T22, é explicada basicamente pela redução do índice IPCA registrado entre os trimestres (+1,08% no 4T23 versus +1,63% no 4T22), que é aplicado sobre a dívida indexada à inflação, parcialmente compensado por um maior volume médio da dívida indexada a IPCA. Já o aumento de 2,0% nesta linha, na comparação entre 2023 e 2022, é explicado principalmente pelo maior volume médio de dívida no período, compensado pela redução do IPCA (+4,62% em 2023 versus +5,79% em 2022).

O ajuste ao valor justo ficou em linha no trimestre. No ano de 2023, a queda nesta linha refere-se, basicamente, a liquidação antecipada da dívida 4.131 e do instrumento financeiro correspondente a esta dívida no 3T22.

A linha de outras despesas financeiras apresentou um aumento de R\$ 11,9 MM na comparação entre 4T23 e 4T22 explicada basicamente por (i) reversão de provisão no 4T22 de multa não dedutível por mudança de prognóstico de perda, e (ii) maiores despesas por atualização de provisões para contingências compensadas em parte por maior receita de atualização monetária de depósitos judiciais. O aumento de 69,3% entre 2023 e 2022 foi resultado também de reversão de provisão no 4T22 de multa não dedutível por mudança de prognóstico de perda, atualização de provisões para contingências, menor receita sobre depósitos judiciais e maiores despesas bancárias, compensados em parte por correção monetária referente a atualização de créditos tributários.

4.15. Impostos

A redução de 4,8% do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 4T23 e 4T22 é explicada principalmente por (i) reconhecimento contábil da mudança de regime tributário da concessão de Miracema de lucro presumido para lucro real em 2022 que impactou negativamente o IR daquele ano, (ii) impacto positivo no IR/CS do 4T23 para as empresas que possuem tributação em regime de lucro presumido, e (iii) maior aproveitamento do benefício fiscal SUDAM/SUDENE nas empresas do grupo, principalmente em Miracema em função do reconhecimento deste benefício a partir de 2023 quando ela passou a tributar pelo regime de lucro real. Estes efeitos foram compensados em parte pelo aumento de quase 750% no lucro antes dos impostos.

Já a redução de 75,1% do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 2023 e 2022 é explicada basicamente pelos motivos apresentados acima além do início de operação de Saíra em 2023 que está em regime de lucro presumido.

Vale mencionar o efeito tributário no processo de incorporação (reestruturação) de R\$ 38,0 MM no 4T23 que se refere ao reconhecimento de IR/CS de 34% sobre a menos-valia na compra da ATE III na conclusão do processo de incorporação desta concessão na Taesa.

R\$ MM	IFRS					
Conciliação Imposto	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Lucro antes do Impostos	518,1	61,0	748,9%	1.431,3	1.703,7	-16,0%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(176,1)	(20,7)	748,9%	(486,6)	(579,3)	-16,0%
Equivalência Patrimonial	45,6	3,4	1244,6%	145,4	192,1	-24,3%
SUDAM/SUDENE	25,1	(9,1)	n/a	42,0	14,3	193,2%
Efeito tributário no processo de reestruturação	(38,0)	-	100,0%	(38,0)	-	100,0%
JCP Pago/Recebido	68,2	70,3	-3,1%	141,7	137,6	3,0%
Empresas Lucro Presumido	44,8	(96,1)	n/a	137,5	(33,2)	n/a
Outros	(6,0)	14,0	n/a	(5,4)	13,9	n/a
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(36,4)	(38,2)	-4,8%	(63,4)	(254,5)	-75,1%
Alíquota Efetiva	7,0%	62,6%	-55,6 pp	4,4%	14,9%	-10,5 pp

R\$ MM	Regulatório					
Conciliação Imposto	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Lucro antes do Impostos	309,2	307,2	0,6%	1.196,0	1.077,1	11,0%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(105,1)	(104,4)	0,6%	(406,6)	(366,2)	11,0%
Equivalência Patrimonial	31,2	26,4	17,9%	132,4	75,7	74,9%
SUDAM/SUDENE	25,1	(9,1)	n/a	42,0	14,3	193,2%
Efeito tributário no processo de reestruturação	(38,0)	-	100,0%	(38,0)	-	100,0%
JCP Pago/Recebido	68,2	70,3	-3,1%	141,7	137,6	3,0%
Empresas Lucro Presumido	16,5	10,5	56,3%	29,0	45,2	-35,8%
Outros	(6,0)	85,8	n/a	(3,4)	64,6	n/a
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(8,1)	79,5	n/a	(102,9)	(28,8)	257,0%
Alíquota Efetiva	2,6%	-25,9%	28,5 pp	8,6%	2,7%	5,9 pp

A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN *	"Real"	"Sudene"	84%	2031	0,65%	3,00%
Munirah*	"Real"	"Sudene"	84%	2031	0,65%	3,00%
GTESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
PATESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
NVT *	"Real"	"Sudam"	73%	2023 ₁	0,65%	3,00%
ETEO *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene/Sudam"	100%	2031/2032	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
Saíra	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
BRASNORTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETAU	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Real"	"Sudam"	100%	2032	1,65%	7,60%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2031	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Ananai	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Pitiguari	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Tangará	"Presumido"	-	-	(2)	0,65%	3,00%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023 ₃	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2026	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2032	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	1,65%	7,60%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	62%	2032	1,65%	7,60%
Ivaí	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%

*Empresas que apuram PIS/COFINS tanto pelo Regime Cumulativo (RAP) quanto pelo Regime não Cumulativo (Novas receitas).

- (1) O protocolo do projeto para renovação do incentivo ocorreu em 2023 e o projeto se encontra em processo de solicitação do laudo definitivo perante a SUDAM para obtenção do benefício.
 (2) A obtenção do benefício ocorrerá junto a entrada em operação do projeto, quando o prazo do benefício também será determinado.
 (3) O projeto se encontra em processo de renovação do benefício.

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

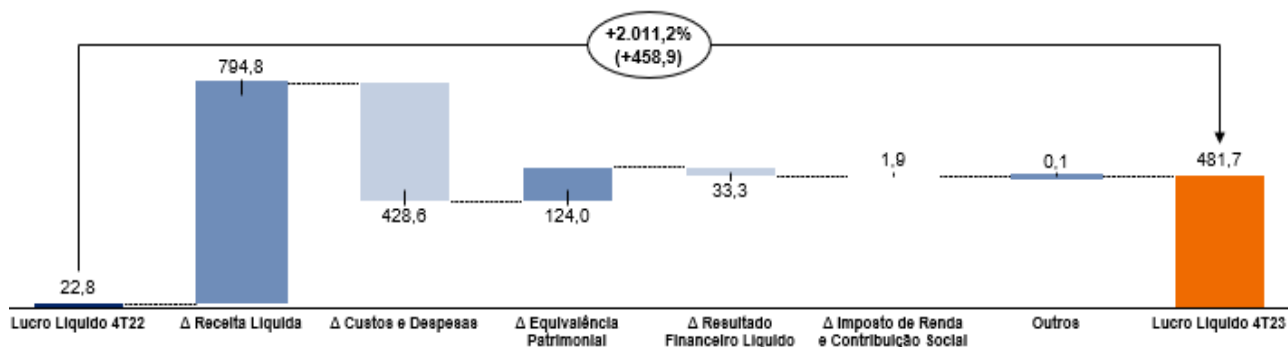
Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

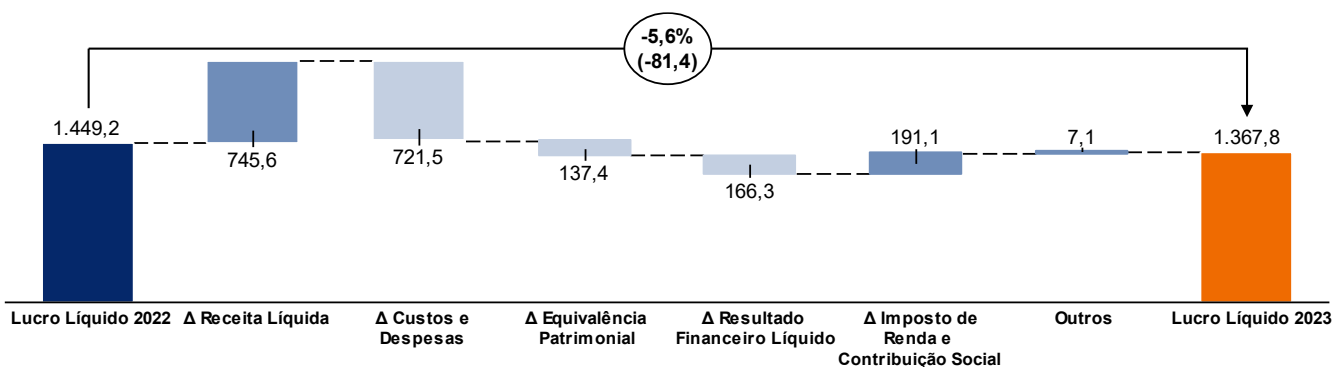
4.16. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 481,7 MM no 4T23, apresentando um aumento de R\$ 458,9 MM que o registrado no 4T22. O ano de 2023, o Lucro Líquido IFRS fechou em R\$ 1.367,8 MM, 5,6% menor que o mesmo período de 2022.

Lucro Líquido IFRS – 4T23:

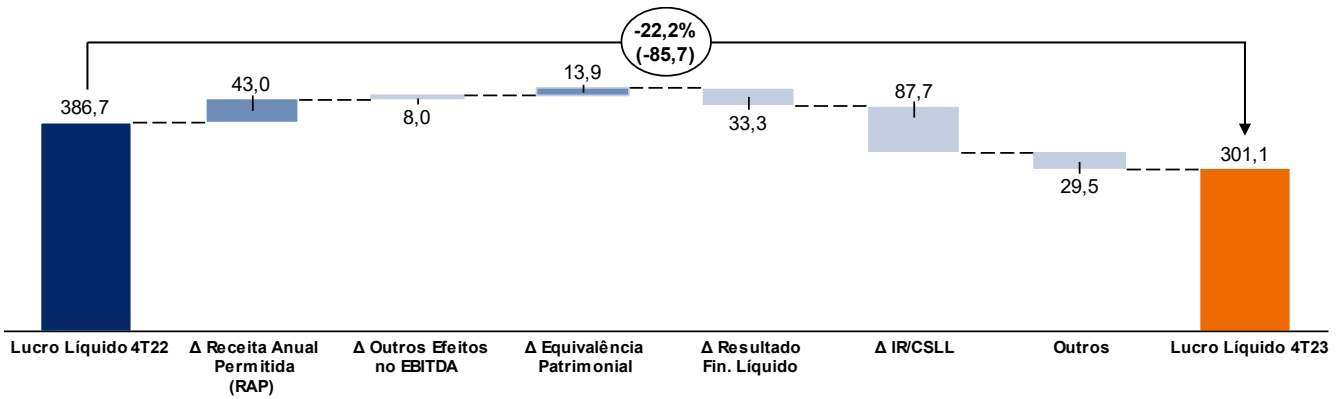


Lucro Líquido IFRS – 2023:

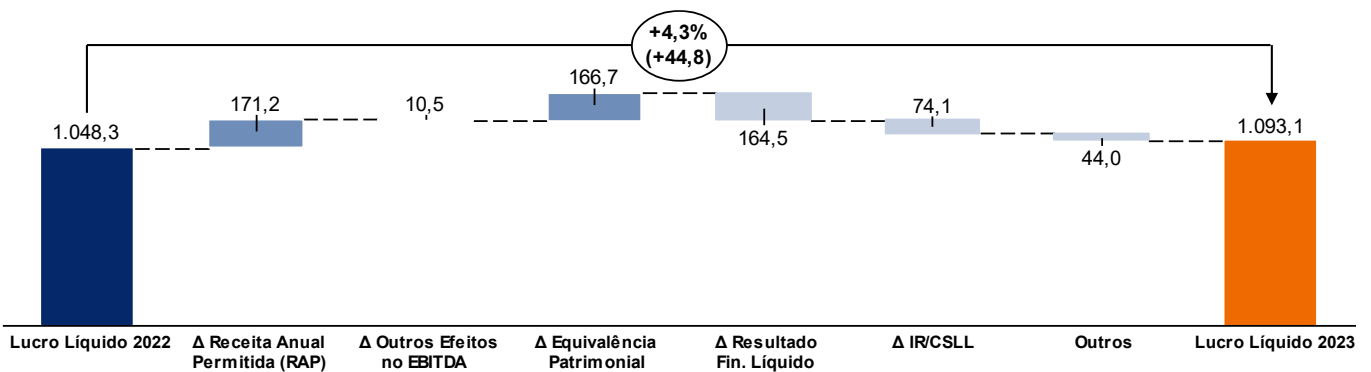


Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 301,1 MM no 4T23, apresentando uma redução anual de 22,2%. No de 2023, o Lucro Líquido Regulatório fechou em R\$ 1.093,1 MM, 4,3% maior que o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido Regulatório – 4T23:



Lucro Líquido Regulatório – 2023:



4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Na data de hoje, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de destinação do lucro do exercício de 2023, que será submetida para aprovação da Assembleia de Acionistas, da seguinte forma: (i) -R\$ 1,4 MM para reserva de incentivos fiscais; (ii) R\$ 232,9 MM para reserva de lucros a realizar, referente à adoção do CPC 47; (iii) R\$ 746,0 MM em proventos pagos ao longo de 2023 e início de 2024, sendo R\$ 329,3 MM em dividendos intercalares e R\$ 416,7 MM em Juros sobre Capital Próprio (JCP); e (iv) R\$ 390,3 MM (R\$ 1,13 / Unit) em dividendos adicionais a serem pagos no dia 16 de maio de 2024. A Taesa convocará a Assembleia de Acionistas para aprovar os resultados do exercício social de 2023 e a sua proposta de destinação. Caso seja aprovada em Assembleia, o total de dividendos e JCP distribuídos referente ao exercício social de 2023 será de R\$ 1,1 bilhão (R\$ 3,30 / Unit), representando um *payout* de 83% do lucro líquido IFRS (ou 100% do lucro líquido IFRS excluindo os efeitos do CPC 47) e de 104% do lucro líquido regulatório.

No dia 16 janeiro de 2024, a Taesa pagou R\$ 228,0 MM (R\$ 0,66 / Unit) a título de dividendos intercalares com base no resultado levantado em 30 de setembro de 2023.

No dia 15 dezembro de 2023, a Taesa pagou R\$ 204,6 MM (R\$ 0,59 / Unit), sendo R\$ 200,5 MM (R\$ 0,58 / Unit) a título de JCP e R\$ 4,1 MM (R\$ 0,01 / Unit) a título de dividendos intercalares, com base no resultado levantado em 30 de junho de 2023.

No dia 29 de agosto de 2023, a Taesa pagou o total de R\$ 313,4 MM (R\$ 0,91 / Unit), segregados da seguinte forma: (i) R\$ 216,2 MM (R\$ 0,63 / Unit) a título de JCP e (ii) R\$ 97,2 MM (R\$ 0,28 / Unit) a título de dividendos intercalares, com base no resultado levantado em 31 de março de 2023.

Em Assembleia de Acionistas ocorrida no dia 27 de abril de 2023, os acionistas aprovaram a proposta da administração quanto à destinação dos resultados do exercício social de 2022. O montante total de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) aprovado sobre o resultado do exercício de 2022 foi de R\$ 1,4 bilhão, dos quais: (i) R\$ 354,0 MM foram pagos em 2023 a título de dividendos intercalares; (ii) R\$ 404,8 MM foram pagos em 2023 a título de JCP; (iii) R\$ 460,0 MM foram pagos a título de dividendos adicionais; e (iv) R\$ 26,0 MM foram distribuídos em agosto de 2023 a título de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes. Com isso, o montante total de proventos distribuídos sobre o resultado de 2022 foi de R\$ 1.358,2 MM, registrando um *payout* de 94% sobre o lucro líquido societário.

4.18. Endividamento

No 4T23, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 9.835,5 MM, 3,1% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.317,7 MM, registrando uma queda de 1,3% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 8.517,9 MM, 3,8% maior que o 3T23.

R\$ MM

Dívida Líquida	4T23	% Dív Bruta	3T23	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	1.153,9	11,7%	816,8	8,6%	41,3%
Taxa Fixa	0,2	0,0%	0,1	0,0%	260,1%
CDI	198,0	2,0%	201,7	2,1%	-1,8%
IPCA	955,7	9,7%	615,1	6,4%	55,4%
Longo Prazo	8.681,6	88,3%	8.725,0	91,4%	-0,5%
Taxa Fixa	0,0	0,0%	0,0	0,0%	215,2%
CDI	3.181,5	32,3%	3.181,2	33,3%	0,0%
IPCA	5.500,1	55,9%	5.543,8	58,1%	-0,8%
Endividamento Total	9.835,5	100,0%	9.541,8	100,0%	3,1%
(-) Caixa e Aplicações*	(1.317,7)		(1.334,5)		-1,3%
(=) Dívida Líquida	8.517,9		8.207,3		3,8%

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

No 4T23 a dívida bruta totalizou R\$ 9.835,5 MM e o caixa R\$ 1.317,7 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 8.517,9 MM, um aumento de 3,8% em relação ao trimestre anterior.

A queda de 1,3% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicado principalmente pela variação negativa do CDI, pagamento no valor de R\$ 522 MM em juros e amortização referente à 3ª, 6ª, 10ª e 12ª emissões de debêntures da Taesa, R\$ 473 MM em Capex, e R\$ 205 MM em pagamento de proventos. Esses efeitos foram compensados em parte pela geração de caixa operacional e recebimento de dividendos das empresas participadas.

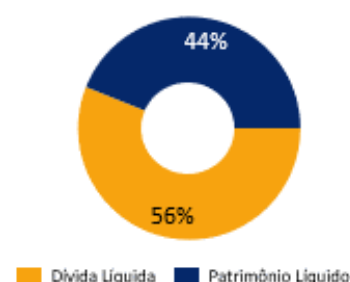
Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 12.243,2 MM e o caixa de R\$ 1.638,2 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 1.273,7 MM e caixa/aplicações de R\$ 206,9 MM; (ii) caixa/aplicações da ETAU de R\$ 21,8 MM; e (iii) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 1.134,0 MM e caixa/aplicações de R\$ 91,9 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 3,7x no 4T23, em linha ao valor registrado no 3T23 (3,7x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas em conjunto e coligadas, esse indicador seria de 4,2x no 4T23, também em linha ao valor registrado no 3T23 (4,2x).

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	9.835,5	1.317,7	8.517,9
ETAU (75,6%)	0,0	21,8	-21,8
TBE (49,99%)	1.273,7	206,9	1.066,8
AIE (50%)	1.134,0	91,9	1.042,1
TOTAL	12.243,2	1.638,2	10.605,0

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



Resultados do 4º trimestre e do ano de 2023

A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3ª Debêntures	IPCA	335.307	3.394	IPCA + 5,10%	AAA(bra)	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	IPCA	176.859	2.196	IPCA + 4,41%	AAA(bra)	Set/2024	Anual	1
	5ª Debêntures	IPCA	701.343	18.796	IPCA + 5,9526%	AAA.br	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	CDI	442.403	12.459	108% CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6ª Debêntures	IPCA	263.296	1.790	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Semestral	2
	7ª Debêntures	IPCA	633.446	131.717	IPCA + 4,50%	AAA.br	Set/2044	Semestral	2
	8ª Debêntures	IPCA	379.222	730	IPCA + 4,7742%	AAA.br	Dez/2044	Semestral	2
	10ª Debêntures	CDI	646.037	10.140	CDI + 1,70%	AAA(bra)	Mai/2028	Bullet	1
	10ª Debêntures	IPCA	114.528	680	IPCA + 4,7605%	AAA(bra)	Mai/2036	Anual	1
	11ª Debêntures	CDI	149.374	9.180	CDI + 1,18%	AAA(bra)	Mai/2025	Semestral	2
	11ª Debêntures	CDI	649.374	40.333	CDI + 1,36%	AAA(bra)	Mai/2027	Semestral	2
	12ª Debêntures	IPCA	654.488	7.407	IPCA + 5,60%	AAA.br	Abri/2029	Bullet	1
	12ª Debêntures	IPCA	304.623	3.620	IPCA + 5,75% a.a.	AAA.br	Abri/2032	Anual	1
	12ª Debêntures	IPCA	324.105	3.907	IPCA + 5,85%	AAA.br	Abri/2037	Anual	1
	13ª Debêntures	CDI	997.087	49.133	CDI + 1,50% a.a.	AAA.br	Fev/2025	Bullet	1
	14ª Debêntures	IPCA	317.742	4.750	IPCA + 5,8741%	AAA(bra)	Set/2033	Bullet	1
	14ª Debêntures	IPCA	74.209	1.290	IPCA + 6,0653%	AAA(bra)	Set/2035	Bullet	1
	14ª Debêntures	IPCA	376.282	5.961	IPCA + 6,2709%	AAA(bra)	Set/2038	Anual	1
	SWAP - Citibank	CDI	374.035	0	CDI + 0,65% a.a.	-	Set/2025	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	IPCA	128.765	0	IPCA + 3,995% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	128.764	0	IPCA + 3,99% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	64.373	0	IPCA + 3,94% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	IPCA	64.305	0	IPCA + 3,91% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	63.814	0	IPCA + 3,66% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	64.351	0	IPCA + 3,59% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
Patesa	FINAME	pré-fix	36	0	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12
Janaúba	1ª Debêntures	IPCA	243.318	5.069	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Semestral	2
	2ª Debêntures	IPCA	799.689	1.550	IPCA + 4,8295% a.a.	-	Dez/2044	Anual	1
Lagoa Nova	Financiamento BNB	IPCA	47.995	2.076	IPCA + 2,109% a.a.	-	Mai/2038	Mensal	12
Saíra	Non-Deliverable Forward (NDF)	-	188	0	-	-	Abr/2024	Bullet	1
EATE	8ª Debêntures	CDI	134.902	8.165	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	9ª Debêntures	CDI	99.829	3.024	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5ª ano	1
	10ª Debêntures	CDI	54.760	1.070	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5ª ano	1
	11ª Debêntures	CDI	154.361	234	CDI + 1,65%	-	Dez/2028	3, 4 e 5ª ano	1
EBTE	2ª Debêntures	CDI	37.172	1.127	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5ª ano	1
	3ª Debêntures	CDI	33.355	652	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5ª ano	1
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	151.009	50.281	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	5ª Debêntures	CDI	9.540	578	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	11.368	115	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/2025	Mensal	12
	6ª Debêntures	CDI	9.527	289	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5ª ano	1
	7ª Debêntures	CDI	11.403	223	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5ª ano	1
ENTE	4ª Debêntures	CDI	24.977	1.512	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	38.191	387	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/2025	Mensal	12
	5ª Debêntures	CDI	14.911	292	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5ª ano	1
	6ª Debêntures	CDI	24.865	38	CDI + 1,65%	-	Dez/2028	3, 4 e 5ª ano	1
ETEP	CBB Santander	CDI	34.369	348	TJLP + 2,08%	-	Abr/2027	Mensal	12
	4ª Debêntures	CDI	24.943	756	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5ª ano	1
	5ª Debêntures	CDI	17.400	341	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5ª ano	1
ESTE	1ª Debêntures	IPCA	281.068	4.237	IPCA + 4,5% a.a.	-	Dez/2044	Semestral	2
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	1.551	8	10% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	441	36	9,5% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	107	0	3,50%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	1.326	82	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	3ª Debentures	CDI	26.947	817	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5ª ano	1
	BDMG	pré-fix	683	53	6,5% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
IVAI	1ª Debêntures	IPCA	1.133.958	0	IPCA + 4,9982% a.a.	-	Dez/2043	Semestral	2
Total			11.852.321	390.841					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

4.19. Investimentos em Empreendimentos de Grande Porte

No 2023 a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 2.052,4 MM contra R\$ 519,0 MM investidos no 2022, referentes aos empreendimentos em construção. O aumento de cerca de R\$ 1,5 bilhão entre os períodos comparados se deve principalmente à indenização paga na assinatura do contrato de Saira e aos maiores investimentos nos projetos de Ananaí, Ivaí, Tangará e os reforços na Novatrans, compensado em parte por menores investimentos em Paraguaçu, Aimorés e ESTE em função da conclusão destes projetos.

Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

R\$ MM	Custo de Implementação (Capex)										
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
Mariana	2,6	4,8	21,2	38,1	22,8	55,1	34,6	-	-	-	179,1
Miracema	-	-	1,2	41,7	115,0	110,7	-	-	-	-	268,6
Janaúba	-	-	-	10,2	30,7	116,1	655,1	162,1	-	-	974,2
Aimorés	-	-	-	3,9	3,6	65,9	82,0	15,8	37,4	-	208,6
Paraguaçu	-	-	-	5,8	4,6	110,8	109,0	40,5	92,7	-	363,4
Ivaí	-	-	-	8,7	12,7	46,2	379,1	348,5	131,2	248,1	1.174,5
ESTE	-	-	-	0,9	4,5	6,2	122,5	140,8	28,5	-	303,4
EDTE	-	-	-	-	14,6	175,2	1,8	-	-	-	191,6
Sant'Ana	-	-	-	-	-	32,2	151,0	268,3	118,4	124,3	694,2
Ananaí	-	-	-	-	-	-	-	-	106,9	581,1	688,0
Pitiguari	-	-	-	-	-	-	-	-	3,8	27,6	31,5
Tangará	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78,1	78,1
Saira ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	-	927,9	927,9
Novatrans ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46,1	46,1
TSN ³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17,7	17,7
São Pedro ⁴	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	0,1
ATE ⁵	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3	1,3
Total	2,6	4,8	22,4	109,2	208,7	718,3	1.535,2	975,9	519,0	2.052,4	6.148,4

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia. Os valores apresentados de reforços (Novatrans, TSN, São Pedro e ATE) em 2023 são majoritariamente referentes às REAs destacadas neste documento, mas podem considerar reforços de menor porte que não foram mencionados aqui. (1) O valor do 9M23 inclui o pagamento da indenização de R\$ 870,6 MM à concessionária anterior. Como a indenização está atrelada à parte do empreendimento que já se encontra em operação, a Companhia tratou a transação como uma aquisição de ativo de contrato de concessão, registrando em seu ativo exatamente o valor desembolsado, portanto, não afetando a demonstração de resultado em IFRS do trimestre. (2) Os valores de Novatrans são referentes aos reforços autorizados através das Resoluções Autoritativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022. (3) O valor da TSN é referente ao reforço autorizado através da Resolução Autoritativa ANEEL (REA) nº 13.194/2022. (4) O valor de São Pedro é referente ao reforço autorizado através da Resolução Autoritativa ANEEL (REA) nº 15.027/2024. (5) O valor da ATE é referente ao reforço autorizado através da Resolução Autoritativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023.

4.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente quatro empreendimentos em construção com um investimento total ANEEL de R\$ 4,3 bilhões e uma RAP de R\$ 467 MM (ciclo RAP 2023-2024) – uma parte dessa RAP já em operação (Saíra) – e reforços relevantes nas concessões Novatrans, TSN, São Pedro e ATE com um investimento total ANEEL de R\$ 455 MM e uma RAP de R\$ 72,3 MM.

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2023-24) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 002/2021 Dez/21	Ananai (Lote 1)	363 km / São Paulo e Paraná	100% Taesa	166.2	1,750	mar/22	mar/27	Em andamento
Leilão 001/2022 Jun/22	Pitiguari (Lote 10)	93 km / Santa Catarina	100% Taesa	21.4	243	set/22	mar/27	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Tangará (Lote 3)	279 km / Maranhão e Pará	100% Taesa	104.7	1,117	mar/23	mar/28	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Saíra (Lote 5)	743 km / Rio Grande do Sul e Santa Catarina	100% Taesa	174.4	1,175	mar/23	mar/28	Em andamento (*72% de RAP habilitada)
REA nº 12.850/2022 e 12.823/2022	Novatrans	1.278 km / Maranhão, Tocantins e Goiás	100% Taesa	45.0	263	out/22	mai/25	Em andamento
REA nº 13.194/2022	TSN	1.139 km / Bahia e Goiás	100% Taesa	10.0	71	jul/22	jan/25	Em andamento
REA nº 15.027/2024	São Pedro	418 km / Piauí e Bahia	100% Taesa	5.4	41	abr/23	nov/25	Em andamento
REA nº 14.819/2023	ATE	370 km / São Paulo e Paraná	100% Taesa	11.8	81	ago/23	fev/26	Em andamento
TOTAL		7.613 km		R\$ 539 MM	R\$ 4.740			

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima consideram PIS/COFINS.

Status dos Projetos

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios (i) em novembro de 2022, para o corredor de 525kV para as linhas de transmissão LT Foz do Iguaçu – Guaíra (circuito duplo), Módulos Gerais 525 kV das SE Foz do Iguaçu e SE Guaíra, Bancos de Reatores 525 kV da SE Guaíra, e (ii) em maio de 2023, para os Bancos de Transformadores 525/230 kV da SE Guaíra. Emissão dos TLDs para esses trechos em maio de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525 kV para as linhas de transmissão LT 525 kV Guaíra – Sarandi (circuito duplo) em novembro de 2022, com emissão de TLD em dezembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525kV dos Bancos de Reatores da SE Guaíra em novembro de 2022, com emissão de TLD em janeiro de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para início da operação comercial do Banco de Capacitores 138kV-30 Mvar da SE Paranavaí Norte, o Módulo Geral 230 kV da SE Paranavaí Norte com

interligações, Bancos de Transformadores 230/138 kV da SE Paranaíba Norte, LT 230 kV Sarandi – Paranaíba Norte (circuito duplo) e entradas de linha 138 kV Paranaíba e a LT 230 kV Sarandi-Paranaíba Norte (circuito duplo) em janeiro de 2023, com emissão de TLD em abril de 2023.

- Emissão dos Termos de Liberação provisórios e TLD para LT 525 kV Sarandi – Londrina C1 em novembro de 2022. Emissão dos Termos de Liberação provisórios para LT 525 kV Sarandi – Londrina C2 em novembro de 2022. Emissão de TLD para o Módulo Geral 525 kV da SE Londrina em novembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o Módulo Geral 525 kV da SE Sarandi, os Bancos de Reatores 525 kV SE Sarandi, e os Bancos de Transformadores 525/230 kV SE Sarandi em novembro de 2022. Emissão dos TLDs para estes trechos em agosto de 2023.
- Atendimento de requisitos para fins de liberação de garantia no processo de debêntures emitidas.
- Avanço físico: 99,9% em 31 de dezembro de 2023.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em abril de 2020.
- Emitida última Licença de Instalação para a linha de transmissão LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3 e para a ampliação das subestações existentes associadas em novembro de 2020.
- Termos de Liberação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 e LT Livramento 3 – Cerro Chato e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3 emitidas em 1º de abril de 2022, retroativo a 28 de março de 2022.
- Termos de Liberação para a linha de transmissão LT Livramento 3 – Maçambará 3, para subestação SE Maçambará 3 e Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C1 emitido em 7 de dezembro de 2022, retroativo a 30 de novembro de 2022.
- Energização do trecho de LT Livramento 3 – Santa Maria 3 e SE Santa Maria 3 em 2 de maio de 2023.
- Energização do Compensador Síncrono da SE Livramento 3 em 18 de maio de 2023.
- Energização do Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C2 em 25 de agosto de 2023.
- Empreendimento incorporado na TAESA em 29 de dezembro de 2023.
- Avanço físico: 100% em 31 de dezembro de 2023
- Nota: O empreendimento entrou em operação comercial total e atualmente recebe 95,4% de sua RAP, uma vez que existem pendências técnicas que estão sendo conciliadas junto a ANEEL e uma vez que sanadas Sant'Ana passará a receber 100% da sua RAP.

Ananai

- Constituição da empresa Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2021 para construir e operar o Lote 1 do Leilão 002/2021.
- Assinatura do contrato de concessão em 31 de março de 2022.
- Licença Prévia (LP) para o trecho da LT Bateias – Curitiba Leste emitida em agosto de 2023 e para o trecho da LT Ponta Grossa – Assis emitida em setembro de 2023.
- Avanço físico: 26,8% em 31 de dezembro de 2023.

Pitiguari

- Constituição da empresa Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. em junho de 2022 para construir e operar o Lote 10 do Leilão 001/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de setembro de 2022.
- Licença Prévia (LP) para os trechos LT Abdon Batista – Videira e LT Abdon Batista – Barra Grande emitida em agosto de 2023.
- Licença de Instalação (LI) para os trechos LT Abdon Batista – Videira (C1/C2) e LT Abdon Batista – Barra Grande (C3), incluindo as obras de ampliação das subestações SE Barra Grande, SE Abdon Batista e SE Videira, emitida em fevereiro de 2024.
- Avanço físico: 22,1% em 31 de dezembro de 2023.

Tangará

- Constituição da empresa Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2022 para construir e operar o Lote 3 do Leilão 002/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Licença Prévia para Subestação Santa Luzia III emitida em dezembro de 2023 e para LT Açailândia – Dom Eliseu II e para LT Encruzo Novo – Santa Luzia III em janeiro de 2024.
- Licença Ambiental Unificada para a SE Encruzo Novo em janeiro de 2024.
- Licença Prévia para o seccionamento da LT Açailândia – Miranda II em fevereiro de 2024
- Licença de Instalação para a subestação SE Santa Luzia III em fevereiro de 2024
- Avanço físico: 22,0% em 31 de dezembro de 2023.

Saíra

- Constituição da empresa Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. para operar e realizar revitalizações do Lote 5 do Leilão 002/2022, conforme previsto no contrato.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Operação das instalações Garabi I e II e Linhas de Transmissão LT Santo Ângelo – Itá, LT Garabi 2 – Santo Ângelo, e LT Garabi 1 – Fronteira com RAP habilitada (1ª fase) em operação em 31 de março de 2023.
- Empreendimento incorporado na TAESA em 29 de dezembro de 2023.
- Revitalizações (2ª fase) - Avanço físico: 12,9% em 31 de dezembro de 2023.

Reforços Novatrans

- Obtenção das Resoluções Autoritativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022, em outubro de 2022, para implantar reforços nas instalações de Novatrans.
- Avanço físico: 13,8% em 31 de dezembro de 2023.

Reforços TSN

- Obtenção da Resolução Autoritativa ANEEL (REA) nº13.194/2022, em novembro de 2022, para implantar reforços nas instalações da SE Bom Jesus da Lapa II na concessão TSN.
- Avanço físico: 6,6% em 31 de dezembro de 2023.

Reforços São Pedro

- Obtenção da Resolução Autoritativa ANEEL (REA) nº 15.027/2024, em janeiro de 2024, para implantar reforços nas instalações de São Pedro.
- Avanço físico: 2,6% em 31 de dezembro de 2023.

Reforços ATE

- Obtenção da Resolução Autoritativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023, em agosto de 2023, para implantar reforços nas instalações de ATE.

4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)

A Taesa nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, assim como em seus processos administrativos e de gestão do negócio, considera o tema Sustentabilidade um importante valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura organizacional, a fim de manter a segurança e confiabilidade de seus processos, bem como a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia atua em diversas frentes e ações voltadas para o tema socioambiental e de governança, dando publicidade as mesmas em seu relatório de sustentabilidade, que é uma publicação que atende aos requisitos da Aneel e também à demanda de diversas partes interessadas. Buscando sempre a melhoria contínua de seus processos, a Companhia identificou oportunidade de avançar na estratégia de comunicação de suas ações relacionadas aos temas ASG e buscar novas e melhores práticas do mercado.

Nos últimos anos, as ações de destaque foram:

- Elaboração do relatório de sustentabilidade com base nas diretrizes do GRI e dos ODS do Pacto Global ONU
- Realização do Processo de Materialidade e definição dos Tópicos Materiais a partir das premissas da GRI
- Elaboração do terceiro Inventário de Emissões de GEE conforme metodologia GHG Protocol
- Consolidação do Programa de Diversidade por meio da criação e manutenção do Comitê e da Política de Diversidade e Inclusão
- Adesão aos Sete Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU Mulheres e associação ao Movimento +Mulher 360
- Adesão ao “Movimento Raça é Prioridade”
- Disponibilização de painel de indicadores ASG no site de Relações com Investidores
- Manter-se signatária do Pacto Global da ONU comprometido com a Agenda 2030 (ODS)
- Emissão de 7 debêntures verdes
- Certificação Great Place to Work 2022-2023 pelo 5º ano consecutivo
- 1º lugar no Destaque GPTW Energia - Segmento Geração, Distribuição e Transmissão pelo 3º ano seguido
- Adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Instituto Ethos
- Adesão ao Movimento Transparência 100% da Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas
- Planejamento estratégico de longo prazo da Taesa
- Programa Segurança 100%
- Listagem na B3 da TAESA nos índices ICO2 e IGPTW demonstrando o comprometimento no combate a mudanças climáticas e na busca por melhores condições e práticas no ambiente de trabalho
- Criação do Sistema de Gestão Integrado da Taesa (SGIT)
- Certificação concomitante das normas ISOs 9001 (Gestão da Qualidade), 14001 (Gestão Ambiental), 45001 (Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional), e 55001 (Gestão de Ativos)

No início de 2021, foi criado o programa de Diversidade e Inclusão composto inicialmente por um plano de 18 ações segregadas em torno de 100 atividades com o objetivo de valorizar, promover e adotar a diversidade e a inclusão. O Programa está dividido em 5 pilares: Empoderamento Feminino, 50+, LGBTQIAP+, PcDs e Raça & Etnia.

Em 2023, o Programa segue com diversas ações e a seguir, elencamos algumas delas:

- Comitê de Diversidade
- Grupos de Afinidade
- Fóruns de Empoderamento Feminino
- Curso de formação de eletricistas para mulheres
- Palestras e *games* sobre os temas de diversidade
- Curso preparatório para o mercado de trabalho para PcDs
- Livro sobre Diversidade e Inclusão
- Programa de Mentoria 50+
- Programa de Aposentadoria Humanizada
- Curso de LIBRAS para todos os colaboradores

Para mais informações, acesse o website de RI e o Relatório de Sustentabilidade da Taesa (2022):
<https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/visao-geral/#relatorio>

O painel de indicadores ASG está disponível no website de RI:
<https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/indicadores-asg/>

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do ativo pela Taxa do Projeto. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Implementação de Infraestrutura** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

Receita IFRS						
R\$ MM						4T23
Concessão	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	Outras Receitas Operacionais	PV
NOVATRANS	52,7	17,6	47,3	48,4	(0,0)	(0,5)
TSN	18,5	7,5	23,5	91,7	(0,0)	(0,0)
MUNIRAH	1,4	0,6	0,8	6,1	(0,0)	(1,1)
GTESA	0,8	0,3	0,6	0,9	2,4	(0,0)
PATESA	2,3	1,4	0,6	2,5	(0,0)	0
ETEO	9,8	4,8	1,4	18,3	(0,0)	(0,1)
NTE	13,3	4,5	2,5	14,9	(0,0)	(0,4)
STE	7,8	3,8	0,0	5,9	(0,0)	(0,1)
ATE	13,5	7,2	2,7	11,4	(0,0)	(0,0)
ATE II	16,3	9,6	9,1	25,7	(0,0)	(0,5)
ATE III	7,4	2,8	6,7	12,6	(0,0)	(0,2)
ETAU	1,9	1,7	0	3,7	2,1	(0,0)
BRASNORTE	6,3	1,6	0	0,8	0,8	(0,0)
SÃO GOTARDO	1,0	0,5	0	0,3	(0,0)	(0,0)
SÃO JOÃO	10,1	4,7	0	2,4	(0,0)	(0,1)
SÃO PEDRO	10,2	4,4	0,1	1,9	2,1	(0,0)
LAGOA NOVA	3,2	1,1	0	0,5	(0,0)	(0,0)
MARIANA	3,7	1,9	0	0,5	(0,0)	0
MIRACEMA	15,7	5,1	0	5,2	0,7	(0,0)
JANAÚBA	54,2	16,9	0	6,4	(0,0)	(0,3)
SANT'ANA	16,0	53,2	17,7	1,8	(1,3)	(0,8)
ANANAÍ	0	0	489,7	0	0	0
PITIGUARI	0	0	16,0	0	0	0
SAÍRA	22,2	6,7	39,2	8,8	1,1	0
TANGARÁ	0	0	73,9	0	0	0
AIMORÉS	9,7	3,8	0	2,1	0,5	(0,5)
PARAGUAÇÚ	15,1	5,9	0	2,5	0,6	0
IVAÍ	37,7	13,7	-	5,9	-	-
EATE	15,2	12,1	-	8,2	0,1	(1,4)
EBTE	4,7	2,9	-	3,3	1,0	(0,0)
ECTE	1,2	0,9	-	0,6	0,0	-
EDTE	9,2	3,1	-	1,5	-	-
ENTE	8,5	7,5	-	4,2	0,0	(0,5)
ERTE	1,6	1,5	-	1,5	(7,8)	-
ESDE	1,2	0,5	-	0,4	0,2	0,1
ESTE	13,6	5,2	-	3,2	0,2	(0,0)
ETEP	3,2	2,5	-	2,6	0,1	(0,0)
ETSE	1,0	0,5	-	0,2	0,1	(0,0)
LUMITRANS	0,8	0,7	-	0,6	0,0	-
STC	0,9	0,6	-	0,9	1,2	-
TRANSIRAPE	1,9	1,2	-	0,9	2,5	(0,5)
TRANSLESTE	2,7	1,4	-	0,7	(0,0)	-
TRANSUDESTE	1,4	0,9	-	0,6	-	-
Total	417,4	222,9	732,0	310,7	6,3	(7,0)

5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



Concessão	Taxa Anual*	Ativo Contratual 3T23	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo Contratual	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	Outras Receitas Operacionais	RAP	Ativo Contratual 4T23
NOVATRANS	10%	1.648,6	52,7	17,6	47,3	48,4	(0,0)	(127,8)	1.814,6
TSN	11%	872,3	18,5	7,5	23,5	91,7	(0,0)	(121,0)	1.013,5
MUNIRAH	12%	67,9	1,4	0,6	0,8	6,1	(0,0)	(7,9)	76,7
GTESA	11%	33,0	0,8	0,3	0,6	0,9	2,4	(4,5)	38,0
PATESA	8%	126,8	2,3	1,4	0,6	2,5	(0,0)	(6,6)	133,5
ETEO	10%	433,6	9,8	4,8	1,4	18,3	(0,0)	(38,2)	467,8
NTE	15%	414,4	13,3	4,5	2,5	14,9	(0,0)	(33,4)	449,6
STE	10%	334,7	7,8	3,8	0,0	5,9	(0,0)	(18,4)	352,2
ATE	10%	623,1	13,5	7,2	2,7	11,4	(0,0)	(32,3)	658,0
ATE II	9%	849,8	16,3	9,6	9,1	25,7	(0,0)	(50,6)	910,5
ATE III ¹³	7%	468,1	7,4	2,8	6,7	12,6	(0,0)	(23,8)	497,6
ETAU ¹	18%	96,2	1,9	1,7	0	3,7	2,1	(10,4)	105,6
BRASNORTE ¹	6%	242,7	6,3	1,6	0	0,8	0,8	(9,2)	252,2
SÃO GOTARDO ¹	5%	75,6	1,0	0,5	0	0,3	(0,0)	(1,8)	77,4
SÃO JOÃO ¹³	6%	686,6	10,1	4,7	0	2,4	(0,0)	(16,2)	703,8
SÃO PEDRO ¹³	6%	651,3	10,2	4,4	0,1	1,9	2,1	(17,4)	670,2
LAGOA NOVA ¹³	9%	149,9	3,2	1,1	0	0,5	(0,0)	(4,2)	154,8
MARIANA ¹³	6%	267,3	3,7	1,9	0	0,5	(0,0)	(5,3)	273,4
MIRACEMA ¹³	9%	725,5	15,7	5,1	0	5,2	0,7	(23,8)	752,2
JANAÚBA ¹³	10%	2.390,9	54,2	16,9	0	6,4	(0,0)	(66,9)	2.468,3
SANT'ANA ¹²³	9%	763,1	16,0	53,2	17,7	1,8	(1,3)	(18,25)	850,4
ANANAÍ ²	7%	409,2	0	0	489,7	0	0	0	898,9
PITIGUARI ²	5%	25,2	0	0	16,0	0	0	0	41,2
SAÍRA ²	9%	961,1	22,2	6,7	39,2	8,8	1,1	(30,7)	1.039,2
TANGARÁ ²	5%	34,6	0	0	73,9	0	0	0	108,4
AIMORÉS ¹²³⁴	8%	525,0	9,7	3,8	0	2,1	0,5	(14,1)	541,0
PARAGUAÇU ¹²³⁴	8%	826,1	15,1	5,9	0	2,5	0,6	(21,1)	850,1
IVAÍ ¹²³⁴	8%	2.034,7	37,7	13,7	-	5,9	-	(44,5)	2.047,5
EATE ³	7%	951,8	15,2	12,1	-	8,2	0,1	(47,4)	939,9
EBTE ¹	4%	430,5	4,7	2,9	-	3,3	1,0	(13,1)	429,2
ECTE	6%	78,5	1,2	0,9	-	0,6	0,0	(3,9)	77,3
EDTE ¹³	9%	424,3	9,2	3,1	-	1,5	-	(12,0)	426,1
ENTE	6%	583,1	8,5	7,5	-	4,2	0,0	(24,4)	578,9
ERTE	5%	118,7	1,6	1,5	-	1,5	(7,8)	2,2	117,8
ESDE ¹	7%	73,4	1,2	0,5	-	0,4	0,2	(2,4)	73,3
ESTE ¹³	8%	702,6	13,6	5,2	-	3,2	0,2	(19,5)	705,2
ETEP	6%	204,2	3,2	2,5	-	2,6	0,1	(10,7)	201,8
ETSE ¹	6%	65,4	1,0	0,5	-	0,2	0,1	(1,8)	65,4
LUMITRANS	5%	61,2	0,8	0,7	-	0,6	0,0	(2,3)	61,0
STC ¹	5%	73,4	0,9	0,6	-	0,9	1,2	(3,7)	73,3
TRANSIRAPE ⁵	8%	111,7	1,9	1,2	-	0,9	2,5	(6,4)	111,8
TRANSESTE ⁵	10%	107,1	2,7	1,4	-	0,7	(0,0)	(4,8)	107,0
TRANSUDESTE ⁵	8%	73,1	1,4	0,9	-	0,6	-	(3,0)	73,1
Total		20.796,2	417,4	222,9	732,0	310,7	6,3	(901,6)	22.287,9

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

⁴ Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

⁵ Alteração no saldo do Ativo Contratual do 4T21 devido ao ajuste na metodologia do cálculo de inclusão da participação da EATE nas Transmineiras/TBE.

5.3. DRE 4T23

DRE

R\$ mil	IFRS			Regulatório		
	4T23	4T22	Var. %	4T23	4T22	Var. %
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	658.438	646.910	1,8%
Operação e manutenção	267.073	262.806	1,6%	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	286.314	260.364	10,0%	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	156.262	(32.802)	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	732.348	113.925	542,8%	-	-	-
Outras receitas operacionais	5.977	8.980	-33,4%	300	299	0,3%
Parcela variável	(4.224)	(29.866)	-85,9%	(4.224)	(29.866)	-85,9%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.443.751	583.407	147,5%	654.514	617.343	6,0%
PIS e COFINS	(112.729)	(49.982)	125,5%	(35.646)	(35.160)	1,4%
ISS	(117)	(120)	-2,2%	(117)	(120)	-2,2%
ICMS	134	(14)	-	134	(14)	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26.906)	(23.935)	12,4%	(26.906)	(23.935)	12,4%
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(139.620)	(74.050)	88,5%	(62.536)	(59.229)	5,6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.304.131	509.357	156,0%	591.979	558.114	6,1%
Pessoal	(62.394)	(54.461)	14,6%	(62.394)	(54.461)	14,6%
Material	(603.204)	(153.470)	293,0%	(4.888)	(2.616)	86,9%
Serviços de terceiros	(33.036)	(24.996)	32,2%	(33.036)	(24.996)	32,2%
Outras despesas operacionais	(19.991)	(57.057)	-65,0%	(7.443)	(11.313)	-34,2%
Custos e Despesas	(718.626)	(289.984)	147,8%	(107.761)	(93.386)	15,4%
Depreciação e amortização	(5.131)	(5.273)	-2,7%	(70.452)	(72.377)	-2,7%
Custos, Despesas e D&A	(723.757)	(295.257)	145,1%	(178.214)	(165.762)	7,5%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	580.374	214.100	171,1%	413.765	392.352	5,5%
Resultado de equivalência patrimonial	133.987	9.966	1244,4%	91.648	77.729	17,9%
Renda de aplicação financeira	39.578	40.400	-2,0%	39.578	40.400	-2,0%
Despesas financeiras	(235.887)	(203.442)	15,9%	(235.820)	(203.300)	16,0%
Empréstimos e financiamentos	1.542	(14.109)	-	1.542	(14.109)	-
- Juros incorridos	(6.674)	(4.926)	35,5%	(6.674)	(4.926)	35,5%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	14.434	12.173	18,6%	14.434	12.173	18,6%
- Ajuste ao valor justo	(6.219)	(21.356)	-70,9%	(6.219)	(21.356)	-70,9%
Instrumentos financeiros derivativos	11.574	25.896	-55,3%	11.574	25.896	-55,3%
- Juros incorridos	16.823	16.713	0,7%	16.823	16.713	0,7%
- Variação cambial	(11.468)	(12.173)	-5,8%	(11.468)	(12.173)	-5,8%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	6.219	21.356	-70,9%	6.219	21.356	-70,9%
Debêntures	(238.061)	(216.127)	10,1%	(238.061)	(216.127)	10,1%
- Juros incorridos	(190.633)	(157.805)	20,8%	(190.633)	(157.805)	20,8%
- Variações monetárias	(47.428)	(58.322)	-18,7%	(47.428)	(58.322)	-18,7%
- Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(67)	(142)	-52,5%	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(10.875)	1.040	-	(10.875)	1.040	-
Resultado financeiro	(196.309)	(163.042)	20,4%	(196.241)	(162.900)	20,5%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	518.052	61.023	748,9%	309.172	307.181	0,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(36.356)	(38.208)	-4,8%	(8.116)	79.540	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	481.696	22.816	2011,2%	301.056	386.721	-22,2%
EBITDA	585.505	219.373	166,9%	484.217	464.729	4,2%
Margem EBITDA	44,9%	43,1%	1,8 pp	81,8%	83,3%	-1,5 pp

5.4. DRE 2023

DRE

	R\$ mil	IFRS			Regulatório		
		2023	2022	Var.%	2023	2022	Var.%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	2.683.218	2.512.065	6,8%
Operação e manutenção	1.077.062	1.008.548	6,8%	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	1.131.351	1.047.880	8,0%	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	207.586	565.457	-63,3%	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	1.223.673	261.469	368,0%	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	58.513	46.210	26,6%	1.240	1.148	8,1%	-
Parcela variável	(3.562)	(60.156)	-94,1%	(3.562)	(60.156)	-94,1%	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	3.694.622	2.869.408	28,8%	2.680.896	2.453.057	9,3%	
PIS e COFINS	(229.321)	(165.118)	38,9%	(148.024)	(137.102)	8,0%	-
ISS	(467)	(446)	4,7%	(467)	(446)	4,7%	-
ICMS	-	(35)	-100,0%	-	(35)	-100,0%	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(102.719)	(87.292)	17,7%	(102.719)	(87.292)	17,7%	-
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(332.506)	(252.891)	31,5%	(251.210)	(224.875)	11,7%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.362.116	2.616.516	28,5%	2.429.687	2.228.181	9,0%	
Pessoal	(241.129)	(210.244)	14,7%	(241.129)	(210.244)	14,7%	-
Material	(1.049.658)	(338.482)	210,1%	(19.256)	(6.762)	184,8%	-
Serviços de terceiros	(126.348)	(89.624)	41,0%	(126.348)	(89.624)	41,0%	-
Outras despesas operacionais	(19.490)	(76.786)	-74,6%	(221)	(39.439)	-99,4%	-
Custos e Despesas	(1.436.625)	(715.137)	100,9%	(386.954)	(346.070)	11,8%	
Depreciação e amortização	(17.925)	(24.978)	-28,2%	(332.596)	(288.631)	15,2%	-
Custos, Despesas e D&A	(1.454.550)	(740.115)	96,5%	(719.550)	(634.700)	13,4%	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.907.566	1.876.402	1,7%	1.710.137	1.593.481	7,3%	
Resultado de equivalência patrimonial	427.518	564.885	-24,3%	389.328	222.605	74,9%	-
Renda de aplicação financeira	148.008	164.995	-10,3%	148.008	164.995	-10,3%	-
Despesas financeiras	(1.051.831)	(902.551)	16,5%	(1.051.496)	(903.941)	16,3%	-
Empréstimos e financiamentos	(1.258)	24.177	-	(1.258)	24.177	-	-
- Juros incorridos	(26.819)	(16.294)	64,6%	(26.819)	(16.294)	64,6%	-
- Variações monetárias	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
- Variação cambial	26.348	43.088	-38,9%	26.348	43.088	-38,9%	-
- Ajuste ao valor justo	(787)	(2.617)	-69,9%	(787)	(2.617)	-69,9%	-
Instrumentos financeiros derivativos	(3.141)	(49.069)	-93,6%	(3.141)	(49.069)	-93,6%	-
- Juros incorridos	23.150	2.584	795,8%	23.150	2.584	795,8%	-
- Variação cambial	(27.078)	(43.088)	-37,2%	(27.078)	(43.088)	-37,2%	-
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	787	(8.566)	-	787	(8.566)	-	-
Debêntures	(1.006.064)	(852.478)	18,0%	(1.006.064)	(852.478)	18,0%	-
- Juros incorridos	(755.556)	(606.263)	24,6%	(755.556)	(606.263)	24,6%	-
- Variações monetárias	(250.508)	(246.215)	1,7%	(250.508)	(246.215)	1,7%	-
- Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(335)	(943)	-64,5%	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(41.033)	(24.238)	69,3%	(41.033)	(26.571)	54,4%	-
Resultado financeiro	(903.823)	(737.556)	22,5%	(903.489)	(738.946)	22,3%	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.431.260	1.703.731	-16,0%	1.195.976	1.077.140	11,0%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(63.425)	(254.516)	-75,1%	(102.877)	(28.818)	257,0%	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.367.835	1.449.215	-5,6%	1.093.099	1.048.322	4,3%	
EBITDA	1.925.490	1.901.380	1,3%	2.042.732	1.882.112	8,5%	
Margem EBITDA	57,3%	72,7%	-15,4 pp	84,1%	84,5%	-0,4 pp	

5.5. DRE IFRS 4T23 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	TBE	Aímorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	3.692	29.420	2.112	2.466	5.947
Remuneração do ativo contratual de concessão	1.901	66.795	9.701	15.052	37.662
Correção monetária do ativo contratual de concessão	1.738	41.557	3.757	5.890	13.721
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	2.050	(2.556)	455	632	-
Parcela variável	(39)	(2.238)	(503)	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9.342	132.979	15.522	24.041	57.330
PIS e COFINS	(365)	(7.484)	(1.410)	(2.117)	(5.303)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(502)	(977)	(177)	(312)	(732)
Deduções da receita operacional bruta	(868)	(8.461)	(1.587)	(2.429)	(6.035)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.475	124.518	13.936	21.612	51.295
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(632)	(7.411)	(322)	(780)	(318)
Material	(802)	(1.642)	(4)	(330)	(93)
Serviços de terceiros	(462)	(5.671)	(324)	(372)	(2.254)
Outras despesas operacionais	(72)	(1.231)	(35)	(46)	(198)
Custos e Despesas	(1.968)	(15.956)	(685)	(1.528)	(2.862)
Depreciação e amortização	(16)	(162)	(11)	(20)	(22)
Custos, Despesas e D&A	(1.984)	(16.118)	(696)	(1.547)	(2.885)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	6.491	108.400	13.239	20.064	48.410
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	855	4.996	370	714	4.520
Despesas financeiras	(30)	(29.574)	(19)	(38)	(24.985)
Resultado financeiro	826	(24.578)	351	677	(20.465)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	7.316	83.821	13.590	20.741	27.945
Imposto de Renda e Contribuição Social	(600)	(5.404)	(2.114)	(3.719)	(7.589)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.716	78.417	11.476	17.022	20.355
EBITDA	6.507	108.562	13.251	20.084	48.432
Margem EBITDA	76,8%	87,2%	95,1%	92,9%	94,4%

5.6. DRE IFRS 2023 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	15.113	118.078	8.289	9.678	23.838
Remuneração do ativo contratual de concessão	7.969	274.762	38.503	59.741	148.738
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(4.623)	(1.180)	22.367	35.065	49.833
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	3.153	-	-	250.774
Outras receitas operacionais	9.991	7.723	700	956	(47.680)
Parcela variável	(184)	(7.114)	(503)	(246)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	28.266	395.422	69.357	105.194	425.503
PIS e COFINS	(1.262)	(26.030)	(6.497)	(9.675)	(43.769)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.708)	(17.357)	(685)	(970)	(2.122)
Deduções da receita operacional bruta	(2.970)	(43.387)	(7.182)	(10.645)	(45.892)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25.296	352.035	62.175	94.549	379.612
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(2.953)	(28.820)	(1.264)	(2.715)	(1.762)
Material	(2.935)	(3.297)	(22)	(1.235)	(124.121)
Serviços de terceiros	(1.757)	(21.330)	(793)	(943)	(7.829)
Outras despesas operacionais	(153)	(5.102)	(147)	(188)	(735)
Custos e despesas	(7.799)	(58.549)	(2.226)	(5.082)	(134.448)
Depreciação e amortização	(56)	(501)	(31)	(52)	(104)
Custos, Despesas e D&A	(7.854)	(59.050)	(2.256)	(5.134)	(134.551)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	17.441	292.985	59.918	89.415	245.060
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	2.341	18.293	2.363	3.547	14.392
Despesas financeiras	(96)	(137.065)	(183)	(201)	(112.050)
Resultado financeiro	2.246	(118.772)	2.180	3.346	(97.658)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	19.687	174.213	62.098	92.761	147.402
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.713)	15.901	(13.463)	(19.656)	(49.714)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	17.974	190.115	48.635	73.105	97.688
EBITDA	17.497	293.486	59.949	89.468	245.164
Margem EBITDA	69,2%	83,4%	96,4%	94,6%	64,6%

5.7. DRE Regulatório 4T23 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	10.361	153.102	14.145	21.065	50.213
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	(39)	(2.238)	(503)	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	10.322	150.865	13.642	21.065	50.213
PIS e COFINS	(407)	(8.103)	(1.241)	(1.858)	(4.645)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(502)	(977)	(177)	(312)	(732)
Deduções da receita operacional bruta	(909)	(9.080)	(1.418)	(2.170)	(5.377)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9.412	141.785	12.224	18.895	44.836
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(632)	(7.411)	(322)	(780)	(318)
Material	(16)	(1.139)	(4)	(6)	(93)
Serviços de terceiros	(462)	(5.671)	(324)	(372)	(2.254)
Outras despesas operacionais	(72)	(1.371)	(35)	(46)	(24.845)
Custos e Despesas	(1.182)	(15.593)	(685)	(1.203)	(27.509)
Depreciação e amortização	(893)	(14.274)	(1.360)	(2.308)	(7.181)
Custos, Despesas e D&A	(2.075)	(29.867)	(2.045)	(3.511)	(34.690)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	7.337	111.918	10.179	15.384	10.146
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	855	4.996	370	714	4.520
Despesas financeiras	(30)	(29.574)	(19)	(38)	(24.985)
Resultado financeiro	826	(24.578)	351	677	(20.465)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	8.163	87.340	10.530	16.060	(10.319)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(631)	(6.926)	(1.073)	(2.127)	4.279
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.532	80.414	9.456	13.933	(6.041)
EBITDA	8.231	126.192	11.538	17.691	17.327
Margem EBITDA	87,4%	89,0%	94,4%	93,6%	38,6%

5.8. DRE Regulatório 2023 (Subsidiárias)

DRE Regulatório

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	44.011	638.353	54.422	81.139	185.536
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	(184)	(7.114)	(503)	(246)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	43.826	631.239	53.919	80.893	185.536
PIS e COFINS	(1.676)	(33.158)	(5.091)	(7.491)	(17.698)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.708)	(17.357)	(685)	(970)	(2.122)
Deduções da receita operacional bruta	(3.384)	(50.515)	(5.776)	(8.461)	(19.820)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	40.442	580.724	48.143	72.433	165.716
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(2.953)	(28.820)	(1.264)	(2.715)	(1.762)
Material	(74)	(2.041)	(22)	(29)	(146)
Serviços de terceiros	(1.757)	(21.329)	(793)	(943)	(7.779)
Outras despesas operacionais	(214)	(5.213)	(147)	(188)	(25.358)
Custos e despesas	(4.998)	(57.402)	(2.226)	(3.876)	(35.045)
Depreciação e amortização	(3.520)	(59.194)	(5.425)	(9.205)	(17.467)
Custos, Despesas e D&A	(8.518)	(116.596)	(7.651)	(13.081)	(52.512)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	31.924	464.128	40.493	59.352	113.204
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	2.341	18.293	2.363	3.547	14.392
Despesas financeiras	(95)	(137.065)	(183)	(201)	(112.050)
Resultado financeiro	2.246	(118.772)	2.180	3.346	(97.658)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	34.170	345.356	42.672	62.698	15.546
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.192)	(32.799)	(6.858)	(9.435)	(5.243)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	31.978	312.557	35.814	53.263	10.303
EBITDA	35.444	523.321	45.918	68.557	130.670
Margem EBITDA	87,6%	90,1%	95,4%	94,6%	78,9%

5.9. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

R\$ MM	4T23	4T22	Var.%	2023	2022	Var.%
Lucro Líquido	481,7	22,8	2011,2%	1.367,8	1.449,2	-5,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	36,4	38,2	-4,8%	63,4	254,5	-75,1%
Despesas Financeiras Líquidas	196,3	163,0	20,4%	903,8	737,6	22,5%
Depreciação e Amortização	5,1	5,3	-2,7%	17,9	25,0	-28,2%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(134,0)	(10,0)	1244,4%	(427,5)	(564,9)	-24,3%
EBITDA	585,5	219,4	166,9%	1.925,5	1.901,4	1,3%
Margem EBITDA	44,9%	43,1%	1,8 pp	57,3%	72,7%	-15,4 pp

Reconciliação EBITDA Regulatório

R\$ MM	4T23	4T22	Var.%	2023	2022	Var.%
Lucro Líquido	301,1	386,7	-22,2%	1.093,1	1.048,3	4,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	8,1	(79,5)	-110,2%	102,9	28,8	257,0%
Despesas Financeiras Líquidas	196,2	162,9	20,5%	903,5	738,9	22,3%
Depreciação e Amortização	70,5	72,4	-2,7%	332,6	288,6	15,2%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(91,6)	(77,7)	17,9%	(389,3)	(222,6)	74,9%
EBITDA	484,2	464,7	4,2%	2.042,7	1.882,1	8,5%
Margem EBITDA	81,8%	83,3%	-1,5 pp	84,1%	84,5%	-0,4 pp

EBITDA Reconciliation IFRS x Regulatory

R\$ '000	2023
EBITDA IFRS	1.925.490
(-) Monetary restatement - IFRS 15 (CPC 47)	(207.586)
(-) Implementation revenues - IFRS 15 (CPC 47)	(1.223.673)
(-) Financial results - IFRS 15 (CPC 47)	(1.131.351)
(+) Amortization of the contractual asset	1.548.884
(+/-) Deferred PIS/COFINS	81.297
(+) Operational CAPEX	1.030.402
(+/-) Provision - Onerous contract	23.177
(+/-) Other IFRS effects	(3.908)
EBITDA Regulatory	2.042.732

5.10. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial			
	R\$ mil	4T23 IFRS	4T23 Regulatório
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.306.121	-
Títulos e Valores Mobiliários		-	-
Clientes		282.010	-
Ativo contratual de concessão		1.469.741	1.469.741
Impostos e contribuições sociais		295.557	-
Cauções e depósitos vinculados		11	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-
Dividendos e JCP a receber		-	-
Estoque		17.173	-
Outras contas a receber		50.814	-
Total do Ativo Circulante		3.421.427	1.469.741
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante		11.534	-
Ativo contratual de concessão		11.844.837	11.844.837
Tributos Diferidos		-	-
Impostos e Contribuições Diferidos		-	(16.056)
Impostos e contribuições sociais		-	-
Investimentos		3.573.254	2.277.457
Clientes		44.832	-
Depósitos judiciais		125.876	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-
Outras contas a receber		28.720	-
Imobilizado		229.990	(7.798.739)
Intangível		165.937	(378.684)
Direito de uso		2.252	2.252
Total do Ativo Não Circulante		16.027.232	5.931.067
Total do Ativo		19.448.659	7.400.808
Passivos			
Fornecedores		170.505	-
Impostos e contribuições sociais		49.200	-
Empréstimos e financiamentos		11.578	-
Debêntures		1.142.184	-
Passivo de arrendamento		1.602	1.602
Instrumentos financeiros derivativos		160	-
Dividendos e JCP a pagar		228.083	-
Taxas regulamentares		51.079	-
Outras contas a pagar		95.886	6.728
Total do Passivo Circulante		1.750.277	8.330
Empréstimos e financiamentos		391.387	-
Debêntures		8.154.649	-
Passivo de arrendamento		1.240	1.240
Instrumentos financeiros derivativos		135.578	-
Impostos e contribuições diferidos		1.377.223	1.233.519
Tributos diferidos		747.522	747.522
Provisão para contingências		138.333	2.594
Provisão para desmobilização de ativos		33	33
Obrigações especiais		-	(19.337)
Fornecedores		3.312	-
Outras contas a pagar		69.795	-
Total do Passivo Não Circulante		11.019.072	1.965.571
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado		3.067.535	-
Custos de transações com acionistas		(25.500)	(25.500)
Reserva de capital		598.736	4.229
Reserva de lucros		2.690.847	-
Dividendos adicionais propostos		390.283	-
Ajuste de avaliação patrimonial		(42.591)	-
Reserva AFAC		-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio		-	-
Lucros (prejuízos) acumulados		-	5.422.678
Resultado do período		-	-
Atribuído a participação dos acionistas controladores		6.679.310	5.426.907
Participação de acionistas não controladores		-	-
Total do Patrimônio Líquido		6.679.310	5.426.907
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		19.448.659	12.047.851

5.11. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa	
R\$ mil	2023 IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	1.367.834
Itens de resultado que não afetam o caixa:	
Resultado de equivalência patrimonial	(427.517)
Depreciação e amortização	15.248
Amortização de direito de uso	2.676
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	3.905
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(1.252)
Custo Implementação - provisão fornecedores	949.593
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprést e financ	1.258
Juros e variações monetárias sobre debêntures	1.006.064
Juros passivo de arrendamento	335
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	3.140
Imposto de renda e contribuição social correntes	44.595
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.830
Tributos diferidos	81.297
Remuneração do ativo contratual de concessão	(1.131.351)
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(207.585)
Receita de Implementação de Infraestrutura	(1.223.674)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(6.697)
Despesa de atualização monetária de contingências	16.298
Provisão contrato oneroso	23.177
Provisão (Reversão) para parcela variável	(23.828)
	512.346
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(67.465)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	678.260
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(8.043)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	9.719
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(926.773)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(10.989)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	52.684
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	593.653
	321.046
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	833.392
Imposto de renda e contribuição social pagos	(76.990)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	756.402
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	15
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(75.312)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(75.297)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(5.500)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(25.052)
Captação de debêntures	1.755.679
Pagamento de debêntures - principal	(533.767)
Pagamento de debêntures - juros	(648.796)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(28.682)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	35.889
Pagamento de passivo de arrendamento	(3.909)
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(1.004.020)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(458.158)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	222.947
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.083.174
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.306.121
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	222.947

5.12. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa	
R\$ mil	2023 Regulatório
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	1.093.099
Itens de resultado que não afetam o caixa:	
Resultado de equivalência patrimonial	(389.328)
Depreciação e amortização	332.596
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	3.905
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(1.252)
Custo Implementação - provisão fornecedores	-
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprést e financ	1.258
Juros e variações monetárias sobre debêntures	1.006.064
Juros passivo de arrendamento	-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	3.140
Imposto de renda e contribuição social correntes	44.595
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58.282
Tributos diferidos	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(6.697)
Despesa de atualização monetária de contingências	16.298
Provisão contrato oneroso	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	(23.828)
	2.138.132
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(67.465)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(8.043)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	9.719
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	22.818
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(10.989)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	52.684
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	593.653
	592.377
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	2.730.509
Imposto de renda e contribuição social pagos	(76.990)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	2.653.519
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	15
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(1.976.338)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(1.976.323)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(5.500)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(25.052)
Captação de debêntures	1.755.679
Pagamento de debêntures - principal	(533.767)
Pagamento de debêntures - juros	(648.796)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(28.682)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	35.889
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(1.004.020)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(454.249)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	222.947
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.083.174
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.306.121
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	222.947

Aviso Legal

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões. Os resultados serão apresentados em ambos os formatos, o formato IFRS e o formato Regulatório, para permitir a comparação com outros exercícios. Vale ressaltar que os resultados Regulatório não são auditados. A declaração de dividendos da Taesa é feita com base nos resultados auditados (IFRS).

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que o mercado utiliza o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que o mercado utiliza a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.